**Ata da 201ª Reunião Plenária Ordinária**

Aos 20/06/2018, sob a presidência do Senhor Secretário do Verde e Meio Ambiente, Dr. Eduardo de Castro, realizou-se a 201ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

**Expediente:**

1. Discussão e votação da Ata da 199ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

2. Discussão e votação da Ata da 200ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

3. Posse dos Senhores **Alexandre Macaroni Nardy** e **Caio Felipe Ferriani Coelho** como Conselheiros **Titular** e **Suplente,** respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Justiça – SMJ.

4. Posse dos Senhores **Francisco Gallego Pereira** e **Tácito Lucio Toffolo dos Santos** como Conselheiros **Titular** e **Suplente,** respectivamente, representantes da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais – SMPR.

5. Informes.

6. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

**Ordem do dia:**

1. Indicação de Conselheiro titular (Sociedade Civil) como representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental - FMSAI.
2. Apresentação "Licitação da Concessão de Ônibus da Cidade de São Paulo", pelo Superintendente de Infraestrutura da SPTrans, Senhor Marcelo Machado.
3. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

**Anexos:**

- Ata da 199ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

- Ata da 200ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Bom, pessoal, bom dia a todos. Estamos aí em cima do horário. Nós precisamos ter certa celeridade, porque o nosso Superintendente precisa fazer a apresentação aí e ele tem uma reunião logo em seguida. Normalmente eu costumo esperar uns quinze minutos para as pessoas poderem se alocar e chegar, mas, infelizmente, hoje a gente vai ter que ser um pouco mais célere. Então, tem um roteiro aqui. Bom dia a todos, iniciamos a 201ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo, dia 20 de junho de 2018, quarta-feira, 9 horas, aqui no Edifício Martinelli. Passo a palavra ao nosso amigo Devair para dar prosseguimento à nossa pauta.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) -** Bom dia a todos e a todas. Iniciamos a reunião e anuncio que temos que inverter a pauta, passando para a apresentação da licitação da concessão de ônibus da cidade de São Paulo pelo Superintendente de Infraestrutura da SPTrans, Senhor Marcelo Machado. A inversão está justificada em função da agenda do Superintendente. Informamos que a apresentação terá a duração de vinte minutos, seguida das questões feitas pelos Conselheiros até às 9:45h. Após esse horário, as questões devem ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva do CADES. Bom dia, vamos dar início, então.

**Superintendente Marcelo Machado** – Bom dia a todos. Além de Superintendente de Infraestrutura da SPTrans, eu sou o Presidente da Comissão de Licitação dessa licitação de concessão de ônibus da cidade de São Paulo. Então, na realidade, a minha reunião às 10 horas que eu tenho é, principalmente, sobre a licitação que eu tenho que voltar. Rapidamente, para vocês saberem, no dia 8 agora de junho, o Tribunal de Contas do Município pediu a suspensão da licitação para a gente responder algumas arguições que eles estão nos fazendo. Então, no momento, a licitação se encontra suspensa. Nós já estamos com todas as respostas prontas para encaminhar, para a gente dar prosseguimento. Eu vou falar da licitação aqui. É o que nós hoje estamos preparados para a sociedade; é o que vai ser mostrado aqui. (por favor) A nossa frota, hoje, para pessoas saberem, nós temos quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e sete ônibus. A gente faz um transporte diário de nove milhões e meio de passageiros, de viagens. A última licitação foi em 2003. Teve um edital publicado em 2015 pelo ex-Prefeito Haddad. Nessa continuidade da licitação, nós tivemos trinta e oito audiências públicas realizadas entre 2017 e 2018. A consulta pública ficou aberta por setenta e cinco dias; houveram oito mil e quinhentos questionamentos, setenta por cento referentes às linhas e essas oito mil e quinhentas consultas foram todas respondidas e publicadas inclusive. (pode seguir) O que é que falta à nova licitação da concessão de ônibus da cidade? Primeiro, não sei se todos sabem, mas São Paulo tem a maior frota de ônibus do mundo, até por ter uma questão de menor capacidade de Metrô e trem. Então, nós temos uma frota gigantesca. Inclusive, voltando àquela questão dos catorze mil e quatrocentos ônibus, a gente tem um cálculo que nós chegamos a caminhar, por dia, três milhões de quilômetros, juntando todos os ônibus. Isso equivale a setenta e duas voltas na Terra. A licitação prevê uma modernização da frota, melhor distribuição das linhas, uma maior cobertura da rede, mais eficiência, aumento de oferta de lugares, redução da emissão de poluentes, que é uma questão que a SPTrans e a Secretaria têm pautado muito forte nisso. E muda, inclusive, a questão da remuneração, que hoje é por passageiro que entra no sistema e ela vai ter uma remuneração ponderada, inclusive por qualidade (pode passar). A concessão e a operação da frota de veículos, incluindo serviços complementares, que tem o ATENDE e outros serviços que nós realizamos. Ela vai ser dividida na cidade de São Paulo por trinta e um lotes; o prazo hoje são vinte anos, prorrogável por um - é uma Lei Municipal, a 16.211. Ela é aberta só para empresas brasileiras em razão da Lei Municipal 13.241; valor estimado anual oito bilhões e duzentos, chegando quase a setenta bilhões, o valor total do contrato. Hoje como é que ela atua?  Ela atua em dois modos: ela atua na questão estrutural, que são os grandes corredores que trazem os ônibus até o centro da cidade, e local, que são os bairros periféricos. Nós estamos fazendo uma nova proposição nessa situação, em que ela vai melhorar a distribuição dos ônibus. O estrutural continua sendo a questão das principais vias da cidade - avenidas e corredores até o centro. Vai ter uma nova linha, que é essa articulação regional. São ônibus de porte médio - ligam os bairros aos grandes corredores da região. Esse é o incremento que está havendo. E o local de distribuição - são ônibus de menor porte que circulam dentro dos bairros, alimentam os terminais, estações de Metrô da CPTM e subcentros nacionais. Esse é o sistema atual, que são oito lotes distribuído entre estrutural e local; temos vinte e dois contratos em vigor. Essa é região atual. Essa é a futura distribuição que nós estamos planejando e que está pronto neste edital. Ela continuaria com oito lotes estruturais, teríamos dez de articulação regional e treze locais, ou seja, totalizando um total de trinta e um contratos e hoje nós temos vinte e dois. Na realidade, essas transformações que vão acontecer nos ônibus da cidade de São Paulo ela não começa imediatamente. Assim que houver a licitação e assinatura de contrato, ela licita com a rede atual e aí ela vai para uma adaptação lenta e gradual, inclusive com participação da sociedade. Algumas linhas nós já temos caracterizadas o que é que nós vamos fazer e suprimir. Agora, em geral, nós vamos ter muita participação da sociedade para isso. Doze meses após a assinatura do contrato, ela inicia essa mudança e segue por mais trinta e seis meses. Então, ela vai ser gradual, até para toda a sociedade estar amplamente sintonizada com a questão. Quando vocês viram lá atrás frota operacional, vocês viram catorze mil e quatrocentos; na realidade, a operacional é treze mil, quinhentos e noventa e um. Aquela diferença é o que a gente chama de reserva técnica; que elas ficam em *stand by* para eventuais problemas, por exemplo, quebras de ônibus, serviços do PAESE e outros serviços que acontecem na cidade de São Paulo. A rede futura vai ter doze mil, novecentos e quarenta e cinco ônibus, em até três anos. A cobertura, hoje, da SPTrans são quatro mil ..., as vias na cidade de São Paulo são perto de dezoito mil quilômetros, em quatro mil, seiscentos e oitenta destas passam ônibus. Nós vamos aumentar essa cobertura para cinco mil e cem; vai haver uma oferta maior de lugares de um milhão para um milhão, cento e trinta e nove. Aí vocês vão me falar: "pô, vocês vão diminuir a frota e aumenta o número de lugares? Porque, na realidade, nas pontas, os ônibus micro, a tendência é mudar para ônibus maiores; ou seja, nós vamos, apesar de diminuirmos alguma coisa das linhas, nós vamos dar uma oferta de lugares pela capacidade dos ônibus. Para vocês terem uma ideia, uma oferta média hoje é de setenta e seis passageiros/ônibus e nós vamos passar para oitenta e nove, em razão desse aumento dos lugares. Temos mil, trezentas e trinta e nove linhas e passaremos a mil, cento e noventa e três. Isso é tudo racionalizado com inteligência e eu vou mostrar até em dois exemplos aí na frente. O serviço ATENDE hoje, que é um serviço que inclusive é premiado da SPTrans, que a gente atende pessoas com problemas de mobilidade.  Nós temos quatrocentos e quarenta veículos e vamos passar para quinhentos e quarenta. E a demanda útil, que é aquele nove milhões e trezentos mil passageiros/dia, vamos passar para dez milhões, duzentos e oitenta e oito, principalmente por causa da questão do aumento de lugares. Isso aí é um panorama do que é que vai acontecer na rede atual. Vão ser unificadas cento e noventa linhas, seiscentos e noventa e quatro delas vão ser mantidas, não tem nada que mude nelas; mantidas com ajuste são trinta e oito linhas, seccionadas, duzentos e sessenta e sete. Criaremos novas linhas - quarenta e quatro linhas - e as noturnas não se mexe; elas se manterão nas cento e cinquenta que temos hoje, dando aquele número de mil, cento e noventa e três linhas na cidade de São Paulo. É um exemplo do que que vai ser feito. Aí eu estou indo na parte mais das linhas. Hoje, o que é que acontece? É muito comum determinado bairro com essas frotas A, B, C e D, todos saem da região periférica lá da cidade de São Paulo, entram para um trecho comum, que são os grandes corredores e depois eles se distribuem no centro. Isso afeta violentamente, inclusive a questão do trânsito da cidade de São Paulo. Então, a SPTrans, junto com a Secretaria de Transportes, nós estamos mudando isso em algumas regiões para evitar esse conflito. Isso é o que acontece hoje; nós vamos mostrar o que é que vai acontecer. (por favor) Então, na realidade o que vai haver? Esses ônibus (desculpe, volta naquele ônibus?) O ônibus anterior, ele vem até o centro para voltar. Então, vocês imaginam o tempo de espera do usuário para esperar esse ônibus chegar, para ele poder se locomover ao centro. Aí, nessa condição, o que é que vai acontecer? Vai haver um seccionamento, ou seja, vai ser um transbordo. Infelizmente, isso vai ocasionar, mas não vai haver perda de tempo. O ônibus chega até uma determinada região e aí ele já volta fazendo um intervalo bem menor para os usuários na região periférica, principalmente. Ele tem esse seccionamento, ele pega um ônibus maior no corredor e chega muito mais rápido. Eu diminuo a quantidade de ônibus andando nesse corredor central (pode passar). Isso aí é mostrando novamente a distribuição: o local é bairro a bairro, com articulação regional. Ele pega do bairro até um grande corredor e a linha estrutural ele desenvolve até o centro de São Paulo. Aí é um exemplo que nós vamos ter de uma readequação de linha. Essa linha 2582 lá da região Leste - Terminal AE Carvalho, perto do terminal, até Dom Pedro. Essa linha, hoje, ela anda nesse sentido (pode dar mais um toque). E eu tenho uma outra linha que faz exatamente o mesmo percurso, ele chega numa região e se distribui mais internamente no bairro; deu para vocês notarem essa linha 50207(pode dar mais um toque, por favor). E essa é uma linha que tem local, que praticamente ela também anda na mesma região e faz a distribuição local da região. O que nós vamos fazer? Nós vamos racionalizar, tirar uma das linha*s* (pode dar mais um toque)*.* Na realidade, vamos tirar essa linha, mas nós vamos dar uma oferta maior de ônibus e racionalizar a questão até do trânsito na região. Na questão do material rodante, a licitação é muito forte nas mudanças de tecnologia. Os ônibus todos vão ter que ter, até 2025, ar condicionado, bancos estofados, entradas USB - hoje nós já temos uma grande participação nisso, mas todos vão ter isso aí em determinada região -, wifi, ou seja, para dar uma modernidade, um conforto para o usuário. Acessibilidade - hoje nós já temos na nossa frota noventa e dois a noventa e três por cento, os ônibus já são acessíveis, e nós pretendemos em pouco tempo estar completamente acessível em todos os ônibus. Tecnologia embarcada, GPS CF TV. O que é que é essa tecnologia embarcada? O sistema que nós estamos preparando de controle tecnológico para os novos ônibus é de última geração. Nós vamos inclusive ter um sistema chamado SMGO, que é o Sistema de Monitoramento de Gestão Operacional, que vai estar diretamente ligado com os ônibus via GPS. Hoje, os ônibus já têm GPS, mas numa tecnologia mais atrasada; isso vai melhorar. Inclusive nós vamos ter condição de ter um sistema básico (eu vou chegar lá também. Ah, está aqui)*.* Terminal do motorista, telemetria, painel interno, sistema de áudio. Eu vou ter telemetria; então, eu vou ter condição de ver a capacidade, a quantidade de combustível que o ônibus está consumindo, todos os detalhes do ônibus; o que está havendo com ele. Então, nós vamos ter um controle total de toda frota de ônibus da cidade de São Paulo. O motor Euro 5: esse já é uma questão até da questão de poluição; ele já é um motor diesel muito menos poluente; cinco vezes menos poluente que os anteriores. Hoje, a nossa frota é praticamente diesel. Mas eu vou mostrar mais à frente aí a questão das emissões de poluentes, o que a SPTrans e a Secretaria estão propondo nessa licitação. São as tecnologias menos poluentes. Quando eu falo janelas com vidro colado em razão do ar condicionado, bloqueios de porta. Ele não pode sair com a porta aberta, limitador de velocidade que hoje já existe, mas ele vai ser completamente estendido. Os ônibus não passam de cinquenta quilômetros por hora; e o sistema da movimentação vertical da suspensão. Essa questão de ele facilitar nas paradas. Nós temos dezenove mil paradas na cidade de São Paulo, para vocês terem ideia, e muitas delas não têm, infelizmente, acessibilidade. Então, o ônibus vai ter que cooperar nessa questão. Os novos veículos que entram na frota hoje, há uma média, viu Secretário, de mil ônibus/ano que entram novos no sistema. Todos já têm que entrar com ar-condicionado e, até 2025, cem por cento da frota vai ter ar condicionado, dando um conforto para o nosso usuário. Outros detalhes da modernização: nós temos os ônibus padrão e articulados, que nós vamos ter, e que muitos já têm, e vamos ter câmaras em todas as portas, para controle total do motorista; suporte para transporte de bicicletas, principalmente nos veículos articulados vinte e três metros; transmissão automática e suspensão pneumática; ou seja, isso dá um conforto para o motorista para ele desempenhar melhor o seu papel. Aí nós já vamos entrar nas questões de alternativas energéticas e o prazo que nós estamos preparando para a diminuição de emissão de poluentes na cidade de São Paulo. Essas são alternativas que nós vamos conversar com todos eles. Na realidade, o concessionário, o permissionário, é que vai nos passar a sua condição do futuro, a alternativa energética que vai ser utilizada nos ônibus e a SPTrans é quem vai aprovar, ou não, isso. Aí está inclusive na licitação a questão da redução de emissões de poluentes da frota:  material particulado, NOX e CO2. Nós temos uma programação de, em vinte anos, estar tudo zerado. Zerado os três índices; mas ela não cessa em vinte anos; ela não é só assim "ah, em vinte anos acabou, você conseguiu fazer toda a sua condição? Não. Ela é anual. Ele tem que atender pelos gráficos aí a diminuição das emissões: em cinco anos, por exemplo, o material particulado, que é o grande problema, realmente, da nossa questão de poluição, em cinco anos já vai estar quase oitenta por cento de redução; sessenta e oito vírgula três de NOX e trinta e oito do CO2. E, em dez anos, a gente já pretende com noventa por cento do NOX e quase noventa e nove por cento de material particulado, que é o grande problema, já está praticamente zerada essa condição e cinquenta e cinco por cento do CO2 - esse já é mais complicado. Esse é do efeito estufa. Inclusive, se o concessionário propor uma redução mais rápida, isso vai reverter na remuneração para ele. Mias para a frente nós vamos mostrar, ele vai ter um bônus por ele reverter, ele avançar nessa dinâmica de redução de emissões de poluentes. A remuneração, que eu falei, que hoje é por passageiro que entra, ele vai ter essas quatro atividades: remuneração básica - que esse é o custo do serviço: salário de motorista, cobradores, manutenção da frota, manutenção da garagem, frota reserva, combustível, investimento e equipamentos -; e, hoje, ele vai ter nessa nova licitação as penalidades, que é o descumprimento de frota, descumprimento de viagem. Hoje a gente não tem um controle total disso, a não ser que o fiscal fique lá na frente. Tecnologicamente, uma vez por semana a gente consegue fazer esse descumprimento de frota e de viagem, por uma questão de tecnologia que, infelizmente, estamos um pouquinho para trás. Mas na nova licitação, com o sistema de monitoramento, que eu falei da gestão de operacional, isso vai ser diário e imediato e por ônibus e por viagem feita. Vai ter uma avaliação do usuário: o usuário hoje vai poder participar da viagem dele, através de aplicativos, e informar para a SPTrans a sua avaliação do que ele sentiu da viagem, o que que incomodou; ele vai ter um aplicativo para isso e isso vai reverter na questão da remuneração. E não atender a demanda, ou seja, ônibus começa a passar e deixa a pessoa do lado de fora; ele também vai ser, através desses aplicativos que vão chegar na SPTrans, nós vamos cumprir como penalidade. A recuperação será através da satisfação do usuário. Se a gente perceber que é uma grande satisfação dos usuários em relação às viagens, ele tem uma recuperação em relação às penalidades. Redução de acidentes: infelizmente, hoje ainda temos um grande problema de acidentes de ônibus, com passageiros que são atropelados por vários motivos. Então, havendo também uma redução disso, ele vai ter uma recuperação na remuneração. Antecipação de energia limpa, que é aquilo que eu tinha falado para vocês anteriormente. Se ele comprovar e antecipar isso, ele vai ter uma remuneração maior na questão disso. E redução de falhas, que é a questão de ônibus quebrado, furo em pneus. Ele conseguindo abaixar isso, também ele tem a recuperação. Ele também vai ter um bônus por produtividade econômica. Em caso de economia gerada no sistema, se ele mostrar isso, ele consegue gerar economia no sistema, esse saldo será dividido entre eles e a Prefeitura. Será um bônus que está previsto na questão da remuneração. Na questão da necessidade de implantação do sistema, das taxas de remuneração, ainda temos a necessidade da implantação do sistema, que eu falei para vocês, do monitoramento de gestão operacional. A remuneração por passageiro transportado com medição de demanda até dezoito meses; quer dizer; assinou o contrato, ainda não começamos com aquela remuneração que eu mostrei para vocês. Há uma acomodação dos sistemas; após esse prazo, nós começamos a remuneração. E o SMGO também ele deverá ser implantado em dezoito meses, para a aplicação na nova fórmula de remuneração. E aí nós vamos fazer... esse Centro de Controle será lá na Santa Rita, na nossa região lá do Brás, aquele canteiro enorme que a SPTrans tem, e lá nós já temos um edifício onde vamos instalar esse sistema. E a taxa de retorno TIR, que é o famoso TIR. Hoje o contrato vigente está em catorze por cento. E edital 2018 nós estamos abaixando isso para nove e oitenta e cinco, ou seja, a taxa de retorno que o empresário vai ter da questão da remuneração. Garagens: o que acontece? Hoje, as empresas estão nas garagens, mas todas as garagens que operam nos sistemas hoje elas estão com decreto de utilidade pública. Ou seja, isso vai dar condição para que o cara, se um terceiro quiser entrar e ganhar, ele investe o dinheiro na aplicação dessa garagem e ele vai trabalhar nessa garagem. Ele tem que dispor de garagem. Todos têm que mostrar que vai ter garagem para trabalhar, abastecimento e limpeza. A garagem tem que ser dentro da cidade de São Paulo. O licitante que não tem a garagem - isso que eu estava explicando agora - poderá obtê-la por meio da ação de desapropriação, que nós já implementamos, inclusive é o Delson é que cuida disso.  A concessionária fica responsável pelos pagamentos das eventuais indenização e a concessionária, coisa que não tínhamos antes, também é responsável pelo licenciamento ambiental das garagens. Isso é um problema que nós temos hoje e que nós vamos erradicar da nossa frente. Isso é um cronograma que está desatualizado em razão, como no começo eu falei, da suspensão do contrato, mas o edital foi publicado dia 24 de abril, o prazo para as visitas técnicas - isso foi tudo atendido, 25 de maio. Período de esclarecimento, dia 28; a publicação não foi feita em razão até da suspensão pelo Tribunal de Contas, foi dia 8, mas nós já tínhamos informação sobre isso. Então, agora nós estamos na fase das respostas ao Tribunal de Contas, ajuste disso. O Tribunal de Contas está mandando técnicos direto falar com a gente lá na SPTrans, para a gente aliviar e melhorar essa licitação, para a gente colocar novamente em publicação e correr todos esses prazos novamente. Isso é muito importante para as pessoas, porque tem muita gente na sociedade, estão falando “pô, eu não fui comunicado”... Nós fizemos trinta e oito audiências públicas, como eu mostrei lá no começo, e todas as linhas que vão ser, inclusive estão no edital marcadas, que vão sair, tudo será conversado com a sociedade para mostrarmos que a saída de eventual linha não vai trazer prejuízos. Ao contrário, ela vai trazer um benefício até no tempo de viagem, porque o cálculo feito foi de, pelo menos cinco por cento ele vai ganhar. Vai ter vai ter um transtorno eventual que seria um transbordo, mas vai ganhar no tempo e vai melhorar no fluxo de veículos na cidade de São Paulo.  O processo se inicia doze meses após a assinatura de contrato e seguirá por mais trinta e seis meses; ou seja, a questão da mudança das redes vai demorar até quatro anos para a gente preparar tudo e deixar no total que a gente quer. E tem o dia a dia normal que é do nosso planejamento da SPTrans, que nós trabalhamos, que são mudanças eventuais de itinerários, em que é feito inclusive uma audiência pública na região onde vai acontecer. Os pilares da mobilidade da Secretaria são essas: qualidade, eficiência e segurança. Essa é a apresentação, Secretário, que o Secretário João Otaviano, inclusive, fez lá para o Prefeito na época do preparativo da licitação. Então, na realidade, esses são os enfoques da licitação, e a SPTrans está aberta para toda a sociedade ligar lá, para a gente conversar. Ela está aberta para tudo para a gente conversar. Esses são os tópicos que eu queria trazer. Acho que o tempo deu certo e, eventualmente. Eu estou pronto, se tiver algumas perguntas, a gente poder fazer.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Eu tenho dois questionamentos, Marcelo: um, como cidadão de São Paulo, e outro, como Secretário do Verde. O primeiro, como cidadão de São Paulo, é entender essa questão do licitante fazer a desapropriação. A desapropriação é um instituto jurídico voltado ao ente público quando ele quer se apropriar de uma área do particular. Como o licitante, que é um particular, vai fazer o processo de desapropriação numa área?

**Superintendente Marcelo Machado** – Secretário, esse processo já está feito; o Poder Público já fez a DUP.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Ah! Já desapropriou a área?

**Superintendente Marcelo Machado** - Já está todas as garagens...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - O licitante é que vai pagar.

**Superintendente Marcelo Machado** - Ele é que vai pagar.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - A Secretaria já fez a desapropriação da área?

**Superintendente Marcelo Machado** - Já tem todas as DUPs, tudo preparado.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** –  É que ali estava escrito...Eu não entendi o licitante faz a desapropriação. Acho que faltou esse esclarecimento. Só pagar.

**Superintendente Marcelo Machado** - Só pagar.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  E a outra questão – depois eu passo a palavra a todos os Conselheiros - a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a gente pode observar ali que tem uma questão de evolução da redução de poluentes. A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, por uma questão institucional, ela é fiscal desse processo, mas eu gostaria de ir mais aquém a isso, de discutir com vocês a possibilidade de nós aqui no CADES criarmos uma Comissão - até sugeri um nome aqui -, uma Comissão Permanente para cuidar e acompanhar essa questão da progressividade da redução dos poluentes. Então, nós criaremos uma comissão do CADES, eu sugeriria com três ou quatro nomes, para que nesse processo - por isso uma Comissão Permanente - para que nesse processo longínquo da licitação do ônibus, nós possamos aqui do CADES acompanhar, também, essa questão da redução e, juntamente com a Secretaria do Verde, fiscalizarmos essa questão com as empresas de ônibus. E, vou mais além ainda, por isso da sugestão. Hoje, uma preocupação que a Secretaria do Verde tem é essas garagens, todas elas nós estamos fazendo uma fiscalização para saber se essas garagens elas possuem passivo ambiental, porque elas têm muita movimentação de óleo diesel, abastecimento interno. Então, para que a gente possa ter uma segurança em relação à sustentabilidade desse processo como um todo. Essas garagens também estão sendo fiscalizadas pela Secretaria do Verde, para que nós possamos... se existe o passivo ambiental, o que é possível para reduzir, para corrigir essa questão, para que nós tenhamos uma situação bastante tranquila em relação ao Verde e Meio Ambiente. Então, eu queria sugerir à vocês do CADES, o que vocês acham? A gente poderia discutir, desde já, a possibilidade de criar uma Comissão de três ou quatro pessoas do CADES que fizessem, juntamente com a Secretaria do Verde, o acompanhamento - por isso é uma Comissão Permanente - até o final, vinte, vinte e cinco anos, mas que nós tenhamos um acompanhamento pelo CADES sobre essa questão da redução dos poluentes, porque isso é um assunto importantíssimo para a questão da sustentabilidade e do meio ambiente em São Paulo. O que vocês acham em relação a essa questão e, se vocês concordarem, vocês gostariam de se habilitar e fazer parte dessa Comissão criada pelo CADES para acompanhar o processo do transporte público em São Paulo.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Claro, vamos pular. Eu só peço para você se identificar por gentileza e a sugestão.

**Cons. Sônia Hamburger** – Sônia, representante da sociedade civil, Zona Oeste- Centro, especificamente sobre a criação da Comissão. Eu gostaria de um esclarecimento sobre o acompanhamento do CADES na licitação propriamente dita, porque eu acredito que a sustentabilidade da cidade ela, não só, com relação aos ônibus, não só tem que acompanhar a diminuição de emissão de poluentes, como também de substituição do transporte individual pelo transporte coletivo e o transporte limpo. Então, sobre o acompanhamento e a opinião do CADES na licitação antes mesmo de iniciar os trabalhos de alteração.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Então, parece-me que o processo como um todo licitatório, o edital, já se encontra numa fase bastante avançada. Nós não teremos mais, inclusive, já foram comunicadas todas as Secretarias sobre a participação, o que achavam do edital como um todo. Então, parece que o edital ele está consolidado; não há possibilidade mais de intervenção e mudança. Há, sim, com certeza, a possibilidade da fiscalização, que eu acho que é nosso dever não só como instituição, mas como cidadão; por isso que a minha sugestão é no sentido de criarmos uma Comissão fiscalizadora daquilo que vai acontecer, daquilo que foi já definido eu acho que o momento parece-me que já é um pouco tardio de fazer isso. Até porque a Secretaria do Verde já fez esse acompanhamento, já opinou, e juntamente com a Câmara e com outros órgãos envolvidos, outras Secretarias, nós já nos manifestamos e já formalizamos um edital final em relação a isso. Então, parece-me que a nossa função agora é fiscalizar aquilo que já está definido. Isso é importantíssimo, é uma sugestão que eu também acho bastante plausível a fiscalização do processo como um todo. Isso é indiscutível.

**Cons. Sônia Hamburger** - De acordo.

**Cons. Delson Lapa** - Delson Lapa, SMT. O CADES inclusive participou disso lá atrás. Antes até da publicação do edital, nós fizemos aqui uma apresentação de um dos anexos desse edital que, pela primeira vez nesta licitação, nós temos um plano de gestão ambiental do sistema de transporte da cidade de São Paulo. Naquela apresentação, inclusive, nós tivemos uma discussão bem ampla da participação em conjunto da Secretaria do Verde com a CETESB e com a Secretaria de Transportes justamente para discutir a fiscalização. Então, nós temos hoje todo um plano e uma gestão. Contaminação do solo não é o maior problema das garagens, por incrível que pareça. Ainda que tenhamos alguma coisa, está sob controle; nós estamos monitorando, estamos nos aproximando das garagens justamente para essas ações, e a gente está levantando, com o plano de gestão ambiental do sistema, indicadores que infelizmente nós não tínhamos tantos indicadores assim e esses indicadores vai nos direcionando para qual é a melhor gestão ambiental do sistema de transporte. Na secretaria, na SPTrans, nós não pensamos só na qualidade do ar, nós pensamos na contaminação do solo, na contaminação da água que o sistema de transporte ocasionalmente pode proporcionar, então, o CADES já participou com a apresentação do plano de gestão ambiental.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Ótimo.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Conselheiro Moliterno, por gentileza.

**Cons. Marcos Moliterno** -  Bom dia a todos. Desculpa, eu não guardei seu nome.

**Superintendente Marcelo Machado** - Marcelo Machado.

**Cons. Marcos Moliterno** – Marcelo, eu tenho uma grande preocupação que a gente faz tudo muito estanque.  É uma deformação até profissional, que tudo pensa só no nosso cantinho. Eu queria que você explicasse um pouco como foi a interação do planejamento das linhas de ônibus que você está dizendo que você está juntando tudo e vai ser um ônibus só em vez de todos irem... Fica aquela coisa horrorosa na Paulista, sessenta ônibus indo para o mesmo lugar e voltando para o mesmo lugar. Acho muito razoável, mas se houve alguma interação com a CPTM e com o Metrô. Essa é a minha pergunta como Conselheiro do CADES. Aí, eu tenho uma pergunta como cidadão, aliás, são duas perguntas: os táxis que andam nos corredores de ônibus só podem andar com passageiro; é correto isso?

**Superintendente Marcelo Machado** - Ele pode andar em passageiro.

**Cons. Marcos Moliterno** - E a segunda...

**Superintendente Marcelo Machado** - Não tem como vistoriar isso e multar, teria de ter fiscais em todo os locais para isso.

**Cons. Marcos Moliterno** - Aí uma pergunta que eu tenho. Ele pode sair do corredor no ponto de ônibus, entrar na faixa da direita e ultrapassar?

**Superintendente Marcelo Machado** – O taxista? Eventualmente ele pode.

**Cons. Marcos Moliterno** – Então, porque que a gente não avança e não permite que motocicleta faça isso? Porque quando o táxi sai da linha do corredor e vai para a faixa lateral, ele trava o trânsito e o motociclista não. No entanto, ao motociclista é vedado esse conforto. Obriga o cara a andar no meio do corredor, entre carros, com risco de acidente muito maior. Eu acho assim... eu sei que não tem nada a ver com a licitação, mas eu venho batendo nessa tecla há uns dez anos mais ou menos. Acho que, alguém podia me ouvir algum momento.

**Superintendente Marcelo Machado** – Seu nome?

**Cons. Marcos Moliterno –** Marcos Moliterno.

**Superintendente Marcelo Machado -** Ô Marcos, aí uma questão até...

**Cons. Marcos Moliterno -** *...*até rindo. (risos)

**Superintendente Marcelo Machado** -  Ô Marcos, aí é até uma questão de uma reunião até com CET. Nem com a SPTrans, porque, na realidade, quem gerencia e governa o trânsito na cidade de São Paulo é o CET; então, acho que, eventualmente, eu posso até ser uma escala para o CET...

**Cons. Marcos Moliterno** - Te agradeço.

**Superintendente Marcelo Machado** -  E você ir lá e marcar essa reunião e conversar lá com o CET, ok?

**Cons. Marcos Moliterno** -  Bom, mas eu queria saber como foi feita a junção, se teve conversa com CPTM, com o Metrô na hora de definição das linhas?

**Superintendente Marcelo Machado** - A CPTM, Metrô e ônibus da cidade de São Paulo têm reunião mensal de planejamento. Ontem mesmo teve uma e eu participei. Tudo é focado numa integração entre Metrô e CPTM; não só de obras, como na questão até das ligações modais entre ambos. Isso foi levado em conta sim e é levado, porque não adianta você fazer uma linha puxada e você vai ter de descarregar no Metrô e na CPTM. Tem que estar acertado com todos.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - É claro.

**Cons. Sônia Hamburger** - Sobre a formação da Comissão, que é o que está sendo discutido nesse momento... desculpa, é Sônia, da sociedade civil. Existe um processo de formação de uma Comissão, já existe esse processo na Secretaria do Verde e Meio Ambiente?

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** – Não, não. Institucionalmente, a Secretaria ela já é a fiscalizadora por si só dessa questão ambiental. Eu estou sugerindo que o CADES também faça um acompanhamento, então...

**Cons. Sônia Hamburger** – Sim, mas é que eu tive notícia de que já há um processo de formação de uma Comissão, de um Conselho, na Secretaria ..,

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Na Secretaria do Verde.

**Cons. Sônia Hamburger -** Eu posso passar a palavra para Carmen, que tem mais informação sobre isso.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Claro. O que eu estou querendo dividir e deixar bastante claro com vocês é a seguinte questão: a Secretaria do Verde faz o seu acompanhamento e eu gostaria que o CADES também o fizesse. Então, independentemente daquilo que está se fazendo que está sendo criado na Secretaria do Verde que, institucionalmente, ela tem por obrigação acompanhar esse e outros processos, todos aqueles que envolvem questão de emissão de poluentes na cidade de São Paulo, essa questão do transporte eu queria que o CADES também fizesse uma Comissão permanente para acompanhar, porque não é para hoje é processo para vinte anos. Então, a minha sugestão é que o CADES também tenha uma Comissão. Essa é uma sugestão, mas eu posso ouvi-la.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Por gentileza, usar o microfone para que nós possamos fazer a transcrição depois.

**Carmem** -  Oi, é Carmem, sociedade civil. Como a Lei do Clima, que foi modificado o artigo 50, ela prevê a formação de um Comitê de acompanhamento da renovação da frota para tecnologias mais limpas, é formado pelos membros de participação de vários membros de Governo e da sociedade civil que já fazem parte do Comitê, outro Conselho. A minha dúvida é como esses outros Comitês que se formam vão se conversar. Porque a obrigação da legislação é que seja criado esse Comitê de acompanhamento. Um parênteses com relação a essa implementação sobre as tecnologias mais limpas: a própria legislação remete ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que é natural, e que o risco de não cumprimento das exigências de metas ambientais está justamente nesse aspecto, em que pode haver um incremento de valores se não houver uma boa engenharia econômica, porque, por exemplo, a eletrificação sairia como custo operacional menor, nos vinte anos sairia mais barato no custo total. Existem algumas questões que são técnicas: aplicações de tecnologias por os ciclos de condução mais adequados etc. etc. e a dúvida é essa criação de uma série de Comissões, que é interessante que se acompanhe, mas como elas vão se conversar, porque pode ser uma questão importante.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Sendo bastante simplista, eu diria para você que elas se conversam por WhatsApp (risos). Mas, assim não é isso que a gente está querendo. O que eu entendo, como Secretário do Verde: eu entendo que uma questão de um impacto tão grande na questão do clima em São Paulo, eu acho que existe uma Comissão de todos os cidadãos de São Paulo são membros dessa Comissão, porque todo o cidadão tem que acompanhar essa questão do impacto do clima, porque diz respeito ao cidadão paulistano. Institucionalmente, a Secretaria do Verde ela já tem essa Comissão, faz parte daquilo que a lei dispôs. A Secretaria vai fazer o acompanhamento, vem fazendo a fiscalização nas garagens. A minha única sugestão era o convite que o CADES criasse, que nós tivéssemos também uma Comissão, que conversaria com todos, com as Comissões criadas pela Secretaria do Verde e pela Secretaria de Transportes. Eu só queria ampliar um pouco essa questão de controle, porque eu tenho visto uma importância muito grande na Secretaria do Verde, institucionalmente, eu tenho observado isso; que o Poder Público ele não tem capacidade de acompanhar tudo e a tudo que acontece em São Paulo. É muito difícil, São Paulo é muito grande, nós temos vários problemas. Então, quanto mais pessoas ajudando o controle, eu prefiro. É só um convite, uma sugestão, cabe ao Conselho deliberar se cria ou não essa Comissão. Se achar que não deve criar, não há óbice algum. A Secretaria do Verde vai fazer o seu papel e vem fazendo com bastante afinco em relação a essa questão do acompanhamento. É só uma sugestão, e eu coloco, se alguém quiser votar, se vocês querem colocar em votação, ou assunto fica encerrado. Para mim, a Secretaria do Verde, a nossa parte, vem sendo feita e vai ser feita até por uma questão de fiscalização do Ministério Público, de alguns Vereadores que são bastante contumazes em relação a essa questão. A gente vem dando esse acompanhamento, dando essa atenção; eu só queria ampliar para o CADES, mas se houver divergência nisso, a sugestão fica...

**Orador não identificado**  - Só, só. Desculpa só um minuto. Desculpa, viu, o Marcelo? Mas é que, mas ele tem um horário*.* É que... as questões do edital...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** – A gente pode encerrar. Tem mais uma questão em relação ao edital?

**Cons. Ivo Carlos Valencio** -  Bom dia, a todos e a todas, Ivo, Leste 1 - Eu, como trabalho em saúde, trabalho em vigilância em saúde, eu acredito que a sua ideia é muito interessante, Presidente, por quê? A cidade já carece de fiscais de Prefeitura para execução de trabalho. Eu acho que acompanhamento é, não só nessa questão, eu vou um pouquinho mais além, vamos pensar no Rodoanel, vamos pensar no impacto que os caminhões trazem para saúde no Aricanduva. Ninguém mensura o que está acontecendo e ninguém avalia o que está acontecendo. Como é que nós podemos traduzir isso em relatório? Para conscientizar. É através de ...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Participação da sociedade, né?

**Cons. Ivo Carlos Valencio –** Isso...Estou dentro; se necessário, estou dentro.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  Marcelo, eu acho... a gente agradece, o CADES agradece a sua presença, a sua explanação, tem alguma pergunta para o Marcelo, ainda?

**Orador não identificado**  - Eu tenho uma pergunta simples.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Vamos lá.

**Orador não identificado**  -  É sobre as audiências públicas, trinta e oito audiências públicas, para o tamanho da alteração que está sendo proposta, é muito pouco. Tanto que a gente tem buscado a informação sobre as alterações de linha e as linhas que vão ser colocadas para substituir, os trajetos que estão sendo suprimidos, e a gente não consegue essa informação. Trinta e oito audiências públicas na cidade de São Paulo é muito pouco; então, eu gostaria de saber se nessas respostas, porque é uma das questões do Tribunal de Contas é exatamente a participação e a informação. Se está previsto novas audiências públicas, de forma mais abrangente e de forma que a gente possa chegar mais a opinar sobre essas alterações propostas.

**Superintendente Marcelo Machado** – Teoricamente, para a licitação, e o Tribunal de Contas voltar e liberar para a gente poder dar prosseguimento, a princípio, não existe isso, mas o nosso Secretário com certeza está aberto, eventualmente, para isso. Além do mais, a SPTrans está aberta, diariamente, ela tem uma área de comunidades, inclusive se o pessoal não tiver, depois eu deixo com Delson e ele passa para vocês. É marcar uma reunião, sentar lá conosco; a SPTrans está aberta para conversar com a sociedade a hora que for. Independente disso, nós tínhamos mais sete audiências agora que foram suspensas em razão da suspensão; essas sete vão voltar, com certeza. Inclusive, era na Lapa, era uma que já estava prevista, e mais outras seis, que aqui de cabeça eu não me recordo, mas, numa próxima reunião, eu posso trazer aqui para vocês. Mas a SPTrans está aberta na rede lá comunitária do Senhor Antônio Moraes. A gente recebe a sociedade como for, e a gente pode estudar. Eu vou levar ao Secretário essa sua sugestão.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Gente. É isso aí? Marcelo**,** o Marcelo precisa ir**...** Marcelo, obrigado.

**Superintendente Marcelo Machado -** Secretário, muito obrigado.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - A gente precisando de novos esclarecimentos, com certeza a gente convoca. Convida, na realidade, porque a gente não tem o poder de convocar, mas tem o poder de convidar. É um prazer tê-lo aqui. Muito obrigado pela sua explanação.

**Superintendente Marcelo Machado** - Viremos sempre que possível. Desculpa eu ter que me ausentar.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) –** Imagina, claro.

**Superintendente Marcelo Machado** - Um abraço a todos.

**Cons. Ivo** – Presidente, só para esclarecimento. O prefeito Bruno Covas esteve na minha entidade há duas semanas atrás numa visita. É uma Câmara de associações. E ele falando sobre a questão do transporte, e as mudanças, ele deu como referência o quê? O controle social, gente! Se não quer que saia uma linha, faz um abaixo assinado, leva para a SPTrans, encaminha... As ferramentas, nós temos para o trabalho. É só direcionar ela. O questionamento. Não adianta audiência pública que não vai ninguém. Isso é comum na cidade de São Paulo. O pessoal diz “temos uma audiência pública". Cadê o público? Não tem.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) –** Exato.

**Cons. Ivo** – Então...  Se aquela linha vai atrapalhar a comunidade, a retirada dela, faz-se um abaixo-assinado e trabalha em cima da questão do lado lógico. Obrigado.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - É importante... Marcelo, pode ir.

**Superintendente Marcelo Machado** - Exatamente. Secretário, muito obrigado e estamos abertos e se tiver uma nova reunião, a gente pode vir.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** – Obrigado, querido. É importante que nós tenhamos a seguinte conscientização: sexta-feira agora, às 9 horas da manhã, nós temos um jogo do Brasil e da Costa Rica. O cidadão de São Paulo, o cidadão brasileiro, tem a condição e a possibilidade de parar o país por causa de um evento de futebol. Então, se nós nos unirmos, nós temos condições de parar o país em relação a qualquer tipo de assunto, muito mais importante e relevante do que o futebol, que é uma coisa bacana - eu também gosto, todos gostamos - mas nós nos mobilizando, nós temos condição, a sociedade civil tem condição de acompanhar e fiscalizar todos os atos de gestão pública. Isso é importantíssimo. Esse ato de civilidade deve ser exercido não só no carnaval e nem só no futebol, e sim em todos os momentos da sociedade civil; por isso que eu, particularmente na minha gestão, eu gosto sempre de ampliar essa questão de acompanhamento. A Secretaria do Verde está sempre de portas abertas e a gente convida a todos para que participem aqui, para que possa, num ato de civilidade, acompanhar aquilo que vem acontecendo em São Paulo. E essa questão do ônibus eu tenho uma preocupação extremamente grande, porque eu sei o impacto que isso tem no meio ambiente. E isso é um legado que nós vamos deixar para as futuras gerações. Então, eu vou de novo insistir nessa questão do que é que vocês acham, vou colocar em votação quem que é a favor de criar uma Comissão...

**Orador não identificado**  - Posso fazer uma proposta?

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) –** Pois não.

**Orador não identificado**  - Desculpa mais uma vez. Seria possível se a gente tivesse um informe e um esclarecimento sobre esse Comitê que é por lei exigido que seja criado e que tem na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente?

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Claro, na próxima reunião do CADES a gente traz todas as informações em relação a esse comitê que existe na Secretaria do Verde.

**Orador não identificado**  – Isso, e isso....

**Orador não identificado** *-* E também não tenho informação e eu acho que seria interessante....

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - É importantíssimo. Ele, inclusive, está na intranet. Se a gente entrar na internet na Secretaria do Verde, você vai obter essas informações. Mas eu me comprometo na próxima reunião, a gente trazer um informe e um enfoque específico sobre aquilo que a Secretaria do Verde vem fazendo sobre esse assunto transporte público e emissão de poluentes. É isso. Na próxima reunião, fica pautado isso e o que que vocês acham da sugestão? Eu vou insistir nesse assunto.

**Cons. Marcos Moliterno** – Presidente? Posso?

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Pode.

**Cons. Marcos Moliterno**  - Posso fazer uma complementação à sua proposta?

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Claro.

**Cons. Marcos Moliterno**  -  Por que a gente não faz uma Câmara Técnica de emissões atmosféricas e talvez ruído e que tenha a função, inclusive, também de acompanhar a redução da emissão no transporte público.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Câmara técnica, desculpe. A minha posição, eu divirjo da posição de Câmara Técnica. A nossa função para esse assunto que eu estou sugestionando é um acompanhamento e fiscalização. Quando a gente cria uma Câmara Técnica, essa Câmara Técnica vai deliberar. Nós não podemos deliberar sobre um assunto que não é da nossa pasta. Eu acho que a Comissão é para fiscalização e acompanhamento. quando você cria Câmara Técnica, você passa a ter o condão de deliberar e aí a gente vai deliberar um assunto que não era nossa pasta, que é o transporte público. Eu acho que Câmara Técnica... A Comissão, se a gente conseguir dentro dessa Comissão cingir aquilo que efetivamente ela vai fazer, que é a fiscalização, de maneira bastante contumaz e contundente em relação à redução do poluente junto às empresas, porque há uma previsão legal que eles têm que prestar contas sobre a redução, e a Câmara Técnica ajudaria não só o Município, como a Secretaria do Verde nesse acompanhamento, em conjunto também com a Secretaria. Vamos lá.

**Cons. Renate Nogueira** - Meu nome é Renate, da região Sul. eu tenho uma sugestão para trazer, complementando esse assunto da Comissão. E acho que não são só os poluentes. Existem vários indicadores, que eu acredito que poderiam ser acompanhados pelo CADES. Por isso, eu acho que fica um pouco vazio uma Comissão só para falar de poluentes, mas talvez uma Comissão que receba informações da Secretaria do Verde e, eventualmente, de outras Secretarias e mantenha disponível um painel com os principais indicadores. Na minha opinião, isso seria uma coisa um pouco mais consistente. Poderia começar com os poluentes, mas seria mais consistente e a gente teria acompanhamento constante de vários indicadores que são importantes para a cidade. Obrigado.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)**-  Claro. Eu agradeço. A minha sugestão no início foi uma Comissão Permanente de Fiscalização sobre transporte público como um todo. Não é só sobre poluentes. Eu acho que o foco nosso, por ser do Meio Ambiente, seria os poluentes, mas eu acho que ela é abrangente a tudo. A sugestão é uma Comissão Permanente sobre a questão do transporte público. É uma Comissão Permanente para acompanhar o transporte como um todo... mas de fiscalização. Em relação a todos os assuntos; eu acho isso, é bastante salutar que a gente acompanhe o sistema como um todo, não só a questão do poluente. Ela é bastante abrangente, mas ela tem o condão de fiscalização. É importante que nós tenhamos essa conscientização: que ela vai fiscalizar, ela não pode querer deliberar sobre um assunto que não é da nossa pasta. Ela pode fiscalizar, sugestionar, opinar, isso não tenha dúvida, mas não deliberação.

**Cons. Delson Lapa -** Aí amplia um pouco o que a gente já... Delson Lapa, SMT. O que a gente já vem discutindo, que é a história da fiscalização e a participação do CADES nisso. Eu tenho uma grande preocupação que compartilho com os meus amigos aqui do Poder Público. Nós, que somos empreendedores. A Prefeitura de São Paulo tem três grandes empreendedores, na minha opinião - empreendedor é aquele que executa obra - a SEHAB, a SIURB, e a SMT. No momento que a gente pega o processo de gestão ambiental, a gente tem que fazer licenciamento de empreendimentos. Aqui no CADES a gente vai só até a LAP e depois a gente não sabe - eu sou um privilegiado de saber, a Andreia também, mas nem todos são - o que que está acontecendo com a LAI e com o desenvolvimento desse trabalho. Eu acho, Secretário, perfeita essa sugestão da gente montar uma Comissão, que ainda que comece com a questão do transporte público, mas a gente fazer valer o nome do CADES: desenvolvimento sustentável.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -**Claro, claro.

**Cons. Delson Lapa -** Não é estanque; não significa que licenciou, legal, fizemos um licenciamento bacana bonito, depois a implantação foi bacana e bonita. Sinto, lá no meu dia a dia, muita falta de informação, muita falta de controle, que nós estamos implantando. Existe uma lei nova, que a a turma está chamando de Lei das Estatais, é a 13.303, que nos obriga, nos, que eu digo, as empresas públicas: a SPTrans, a SPObras, enfim, a ter um plano de gestão de risco. Eu acho perfeita a gestão de risco para a questão ambiental e nós estamos fazendo isso lá na Secretaria. Isso tudo vem somando para a gente ter esse controle. Então, a Comissão, eu me ofereço, me coloco à disposição para participar dessa Comissão e acho que é perfeita a ideia de começarmos a ter isso aqui dentro do CADES.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - É embrionária, né? Nós faríamos a primeira e depois a gente esticaria. Vamos ver a eficácia dessa Comissão e a conscientização. Na realidade, essa Comissão sintetiza tudo que o cidadão de São Paulo pretende.

**Cons. Thobias Furtado** - Eduardo, aqui fala aqui é Thobias Furtado, do Parque Ibirapuera Conservação. O que eu acho importante, quando você traz essa ideia de criar uma Comissão não permanente, mas uma Comissão Especial - é lá no Capítulo 7 do Regimento do CADES, ele dá essa abertura para criar Comissões Especiais, que elas extrapolam o assunto da Câmara Técnica e, no final do trabalho dessa Comissão Especial, ela deve emitir um relatório para o próprio CADES. Nessa indagação se vale a pena criar uma específica para monitorar a concessão dos ônibus, ou não, eu volto à palavra continuidade, continuidade e transparência. Na reunião passada, minha primeira reunião aqui, a gente debateu - eu acho que você não estava presente.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Não

**Cons. Thobias Furtado** - Estava um substituto, o Viegas - a gente passou boa parte, não sei se você teve tempo para ler a Ata, boa parte debatendo a importância de se organizar o trabalho do CADES, inclusive da gente mesmo refletir quais são as Comissões necessárias, quais são as Câmaras Técnicas que funcionam, inclusive eventualmente podendo até rever o próprio Regimento do CADES, mas pensar isso de uma maneira propositiva, de uma maneira mais pragmática, para que o CADES possa fazer mais do que todos nós queremos que ele faça, que é pensar no desenvolvimento sustentável como um todo e ser, pelo menos aí no meu ponto de vista, um espaço onde múltiplas Secretarias, sociedade civil, pensam e trabalham juntas para uma cidade melhor, não só focado no ambiente em si, mas em tudo. O ambiente, o desenvolvimento sustentável, ele está um pouquinho em cada coisa. Então, eu acho, na hora que você vai analisar as atribuições na lei revista do CADES - são doze atribuições -, muitas vezes as Câmaras Técnicas elas estão focando na atribuição, acho que é quarta, que é estudo de impacto de vizinhança - depois até tenho umas críticas específicas; eu participei da semana passada de uma reunião - de EIA-RIMA, eventualmente. E a gente sabe que teve - pelo menos eu fui analisando aqui as últimas resoluções, mudanças do CADES, que tipo de impacto que deve ser analisado por essa câmara, que impacto pode ser analisado diretamente pela Secretaria do Verde. Então (*ininteligível)* e as outras onze atribuições do CADES? Por mais às vezes esparsas que elas possam parecer, elas são atribuições pertinentes. Então, a gente parar para pensar e refletir quais são, de fato, as Câmaras que a gente precisa ter para fazer o trabalho bem feito. E, se for o caso, refletir sobre o próprio Regimento e, a partir daí, quais são as Comissões Especiais que seria interessante ter no CADES... Seria ótimo, mas talvez, nem que seja um parágrafo especificando, qual o propósito, quando ela vai ter, por quanto tempo ela vai existir, o que que ela vai fazer, que acho que facilitaria. Foi nesse intuito que a gente criou na reunião, recriamos aqui, a Câmara Técnica de elaboração de pauta, para justamente discutir isso - é uma pena que você não pode participar, pode até ter umas críticas que, quando for pertinente ao assunto, eu vou trazer de volta - mas a essência é: vamos repensar um pouco mais o CADES para na hora de começar a propor Comissão e Câmara, a gente poder ser um pouco mais para pragmático. Obrigado aqui nos três minutos.

**Cons. Renate Nogueira** - Renate Nogueira. Eu gostaria de participar com o Delson dessa Comissão.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** -  Só para encaminhamento, Secretário, as pessoas que estão interessadas em fazer parte dessa Comissão, por favor levantem a mão. A equipe do CADES. Vamos repetir o nome, começando aqui pelo Delson.

**Delson Lapa** - Delson Lapa, SMT.

**George Doi** – George Doi, SIMPI.

**Marcos Moliterno** - Marcos Moliterno, Instituto de Engenharia.

**Sônia Hamburger** - Sônia Hamburger, sociedade civil, Oeste-Centro.

**Renate Nogueira** - Renate Nogueira, sociedade civil, Sul 2.

**Cons. Ivo Carlos Valencio** - Ivo, Leste 1.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Já temos a comissão formada.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Não, pode deixar que eu vou conduzir. Então, vamos lá, pessoal. Então, nós temos aqui a sugestão. Foi feita uma sugestão da criação de uma Comissão Especial Permanente. Essa Comissão ela está sendo sugestionada; já temos os membros que se sugestionaram aí, que se habilitaram à criação dessa Comissão. Eu gostaria de fazer um conclamo àqueles que aprovam a criação dessa Comissão, que permaneçam como estão. Os demais se manifestem, o momento é agora. Tem alguém contrário à criação da Comissão Especial Permanente? Então, aprovada por maioria de votos, a criação da Comissão Especial Permanente que vai cuidar do trânsito. Aí eu já gostaria de marcar a primeira reunião. Convido essa Comissão e as pessoas para que o façam na Secretaria do Verde, com a minha presença. Vamos agendar no próximo prazo, bastante rápido, que assim a gente já passa as informações daquilo que nós temos junto à Secretaria do Verde; já passa à Comissão também e nós teremos uma ideia de como seriam as pautas, como seriam as reuniões, o que que nós já poderíamos apresentar para a próxima reunião do CADES. Tudo bem?

**Cons. Lúcio Fleury** – Lúcio Fleury, do IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil. Infelizmente, não vou poder me disponibilizar para a Comissão que eu aprovo, acho muito interessante. Então, vou fazer uma breve colocação que eu acho que pode entrar na pauta, uma colocação que é assim: eu vejo essa licitação, um ponto importantíssimo - estou muito contente de ver ela na pauta aqui do CADES, acho que uma reunião muito proveitosa -, e dizer que essa licitação é muito importante por um ponto de vista de transformação cultural na cidade. Então, falando sobre os indicativos para a fiscalização. Além da emissão de poluentes do próprio ônibus, quando eu falo em transformação cultural é o incentivo ao cidadão para usar o ônibus. Então, temos que fiscalizar a qualidade do transporte como um todo, que esteja cada vez mais convidativo para o cidadão como quase todos aqui poderiam deixar os automóveis em casa e pegar o ônibus. É aí que vai ter uma redução efetiva de poluentes na cidade, quando todo mundo preferir o ônibus ao transporte individual. Outro ponto interessantíssimo que eu vi foi o incentivo ao uso da bicicleta combinado com o ônibus, uma coisa que, para a cidade de São Paulo, com essa geografia, é uma coisa que pode ser muito proveitosa. Eu morei em Chicago por um tempo. Lá, há muitos anos que tem o suporte de bicicleta nos ônibus. É uma coisa que funciona muito bem. Temos que estar atentos. É um pequeno detalhe, mas que a gente precisa cobrar e tudo que tiver relativo ao conforto do transporte, que implica também na questão das linhas. É super polêmico a questão da redução de linhas e a gente precisa estar atento nisso porque, eventualmente, se uma linha não está mais numa determinada localização o sujeito já vai logo precisar pegar o carro novamente para não ter que andar três ou quatro quadras. São essas as colocações. Obrigado.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** – Ok. Vamos lá.

**Cons. Delson**- Só para completar e não perder a oportunidade. Cinco por cento. Foi feito um estudo na SPTrans - nós temos ônibus de vários tamanhos - qual o ônibus que comporta ter um suporte de bicicleta? O Marcelo mostrou uma foto de um ônibus que tinha uma bicicleta. O único ônibus que comporta ter bicicleta dentro - e vou explicar porque não fora - é o biarticulado, desculpa, é o super articulado, que é aquele ônibus maior. Cinco por cento da frota já tem esse espaço de bicicleta. Nós estamos fazendo o monitoramento dessa utilização, é muito pequena. Então, se meio ambiente é o equilíbrio entre o financeiro e a questão da preservação, do bem-estar etc. e tal, está desequilibrado, porque há um custo para uma coisa que não está sendo utilizada. Esse é um ponto. Outro ponto: é difícil a gente comparar São Paulo com qualquer outra cidade do mundo. Nós transportamos dez milhões de pessoas. Pessoas de todos os jeitos: corintianos, palmeirenses, são paulinos, gente que gosta de gato, gente que gosta de cachorro, gente de todo jeito. (vozes ao fundo) Muito corintiano; eu, por exemplo. O que é que acontece? Temos linhas que o motorista é quase que proibido de parar para deficiente físico. Então, a população dentro do ônibus, tem linha isso é aceito tranquilamente e tem linha que a hora que a turma vê o cadeirante na parada “toca em frente que nós estamos atrasado”. Isso existe, pessoal,  e isso não é um problema que a SPTrans consegue resolver assim. Então, se vai ampliar a discussão, vamos ampliar, porque é muito bonito falar que vamos por, vamos fazer, vamos acontecer, se é inviável. Então, nós temos de mudar até a cultura de quem utiliza o transporte público.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - O que mais a gente tem na cidade de São Paulo é tecnocrata, né? Gente para executar é que está difícil. A gente convoca todos sempre para ajudar a Administração Pública a executar, mas o que a gente mais ouve é sugestões. Agora, a execução é muito difícil, porque São Paulo é muito grande e tem uns problemas que não são fáceis para o gestor público conseguir executar. Opiniões, vocês viram aqui, que o pessoal da SPTrans colocou aqui, tiveram mais de oito mil questionamentos; quer dizer, questionamento e opinião tem bastante. O problema é que a gente precisa de gente que pegue um pouco mais na enxada. Essa é a nossa dificuldade. Vamos lá.

**Cons. Delson**- Por causa disso, a população não vai permitir. Pode ser que em algumas linhas sim, outras não, mas você imagina se a população, o usuário de uma determinada linha quer impedir a entrada de um cadeirante, imagina o ônibus parar, o motorista ir lá colocar a bicicleta, o cidadão ficar esperando... vai. vai... Então, assim, tem uma coisa aí, tem um processo aí, que a gente... Agora, é muito interessante ter bicicletário nos terminais. Isso tem.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Pois não, alguém mais a palavra?

**Cons. Sônia** – Olha, eu sou usuária de ônibus, vim de ônibus, uso muito ônibus, há muito tempo, desde sempre. E é muito raro ver a população impedir entrar um cadeirante no ônibus*.* Não, eu uso muitas linhas. O que eu queria dizer é o seguinte: a cultura é uma coisa importante e a mudança de costume é uma coisa que leva tempo. A gente viu isso na instalação das ciclovias; e eu acho que é uma coisa importante do Estado, do Poder Executivo, como responsável por essa rede, insistir, porque mundialmente a gente vê que dá certo. E outra coisa que eu queria colocar é que o preço que o cidadão paga também tem muita influência na decisão que ele vai tomar sobre que transporte que ele vai executar. Então, eu gostaria inclusive de perguntar se existe estudos sobre o impacto do preço dessa nova proposta com relação às baldeações; porque quando a gente baldeia de ônibus para Metrô o custo para o usuário fica muito maior, então, eu gostaria de entender se existe esse...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Vamos deixar isso para a gente conversar na Comissão, até porque o Marcelo já se ausentou e agora a gente já está fazendo o questionamento entre nós, representantes do CADES. O Marcelo, naquele momento que ele esteve aqui... Vamos deixar para a gente discutir isso na nossa Comissão, que inclusive ele, como representantes da SPTrans, também participa e a gente conversa isso lá e traz os esclarecimentos eventualmente para a próxima reunião.

**Cons. Sônia** - Está Ok. Eu queria pedir um aparte aqui de uma pessoa da sociedade civil que veio também falar... esse assunto é um assunto polêmico.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Se ele não for membro do CADES, nós precisamos ter autorização da mesa para poder saber se ele pode... o senhor é membro do CADES?  Então, a gente tem um precedente: se a gente abrir a possibilidade de uma pessoa que não for membro do CADES se manifestar, nas outras reuniões...

**Cons. Sônia** - Mas eu posso passar a palavra para ele.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Não estou indeferindo, eu só estou questionando a mesa se nós podemos abrir esse precedente, porque se abrirmos o precedente para uma pessoa que não é membro falar nas nossas reuniões, nas próximas reuniões nós poderemos ter as incursões de outras pessoas também. Então, é um precedente que nós tenhamos que decidir aqui talvez. Eu entendo que ele pode passar a pergunta para você e você fazer para a gente, se for o caso. Também não vejo óbice nenhum de ele fazer um questionamento, só que é um precedente que eu tenho receio nas próximas e futuras reuniões a participação de alguém que não seja membro do CADES, é só essa a minha preocupação. É só esse questionamento que eu faço com a mesa aqui; eu não sei se isso... regimentalmente não há óbice, eu só entendo que é um precedente que se a gente abrir ao cidadão comum de participar do CADES, fazer pergunta, nas próximas reuniões a gente pode ter uma reunião muito maior.

**Cons. Sônia** - Eu gostaria de que fosse possível, porque a sociedade civil organizada ela está muito avançada nessas discussões.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Por isso que ela que ela tem um representante na mesa.

**Cons. Sônia** - Mas é que eu não sou técnica nisso e tem pessoas que são.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) –** Então, aí já foge um pouco do escopo da reunião do CADES. É isso que... Da minha parte, eu indeferiria a participação, agora não sei o restante...

**Orador não identificado** – Olha... Com licença, eu vou pedir a palavra, passei quatro anos neste Conselho, retornei. É uma regra, é um protocolo que é correto, por quê? Eu sou titular, eu tenho o meu suplente; o meu suplente para falar, eu tenho que dar a palavra para ele. *(vozes sobrepostas)*

**Cons. Sônia** - Entendi.

**Orador não identificado** - O meu suplente, por favor (vozes sobrepostas). Eu sou a sociedade civil...

**Cons. Sônia** - Eu teria que ter passado a palavra, né?

**Orador não identificado** - Sim, sim, só...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Só se ele fosse membro suplente

**Orador não identificado** - Mas tem regra, é um regramento, senão realmente tumultua. De repente, vira uma questão até de partido político, discussão política e afins. Perdão, mas é o meu parecer.

**Cons. Sônia** - Só para esclarecer qual é qual é a regra do Regimento, eu teria que, em vez de ter falado, ter passado a palavra.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Isso, isso.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Ao membro suplente.

**Cons. Sônia** - Não, não, eu posso passar a palavra, eu perguntei isso antes.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) –** Não, você não pode passar a palavra a um membro que não seja do CADES, né? A gente...

**Devair Paulo de Andrade -** Você não faz uso..

**Cons. Sônia** - Pelo Regimento, eu posso.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Para outro membro que não seja do CADES, não existe.

**Cons. Sônia**– Posso.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - É que você, na verdade... por exemplo, se você passa a sua palavra para outra pessoa, você não usa o direito de palavra, você entendeu?

**Cons. Sônia** *–* Isso, isso. Exatamente...

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Quem se manifestaria, seria ele e você ficaria ausente na palavra.

**Cons. Sônia** *-* Sim, isso, isso. Então está esclarecido.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) -** Vamos à Conselheira Andrea, por favor, por gentileza.

**Cons. Andrea Franklin**- Bom dia a todos, eu queria só complementar na fala do Delson em relação a essas dificuldades que encontra. Eu fui quinze anos da SPTrans, Delson, a gente trocou de cadeira e hoje eu estou na SIURB e ele tá ele está na SPTrans. Então, eu sei bem o que ele fala dessas questões de você querer mudar a cultura, quebrar paradigmas, e a sociedade em alguns momentos tem uma dificuldade de aceitar. É natural. A gente não muda o comportamento de um dia para o outro, mas também acho que é mudando esse comportamento, essa quebra de paradigma aos poucos, que a gente consolida algumas políticas. Começou assim com a bicicleta há doze, treze anos, quando a gente começou a discutir e colocar bicicletário em terminais ou nas estações. O Expresso Tiradentes foi um e as pessoas questionaram “ah, mas eu não vejo uma bicicleta lá, por que é que o CADES está exigindo, por que é que DECONT exige". E hoje a gente sabe quanto a cidade utiliza desses espaços; então, começou assim. Da mesma forma que ter um espaço no ônibus pode, num primeiro momento, ser uma queda de braço, mas a gente tem que ter políticas de comunicação, planos de comunicação, campanhas de comunicação que façam com que a população comece a aceitar mais fácil. As coisas não vêm devagar mesmo, e eu acho que nesses indicadores, inclusive, nessa Comissão, seria importante que o que fosse entendido como necessário, mesmo com dificuldades para a SPTrans e para a SMT, a gente colocasse como uma meta a perseguir. E essas campanhas de comunicação ajudam muito. A população muda quando ela vê aquele assunto sendo divulgado, que se explica o porquê daquilo, que se divide o espaço do ônibus ou o tempo de quem está usando o ônibus para que o cadeirante entre. Acho que a campanha é importantíssima; então é só para reforçar, assim, entendendo o lado, mas acho que o pedido é válido.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Vamos lá, próximo assunto.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Nós vamos passar para o primeiro ponto do expediente. Como houve hoje a inversão de pauta, pela questão da apresentação do Senhor Marcelo Machado, o primeiro ponto de expediente, que é a discussão da votação das Atas 199ª e 200ª reuniões plenárias ordinárias do CADES. Alguma observação? Alguma manifestação? Os Conselheiros que aprovam as Atas das 199ª e 200ª reuniões plenárias ordinárias do CADES, permaneçam como estão. Aprovadas, por unanimidade. Vamos chegar agora para o segundo ponto do expediente: posse dos Senhores Alexandre Macaroni Nardy e Caio Felipe Ferriani Coelho, como Conselheiros titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal da Justiça – SMJ. Uma salva de palmas para os dois, por gentileza. Podem fazer uso da palavra por três minutos.

**Cons. Alexandre Nardy -** Bom dia, meu nome é Alexandre. Então, eu estou assumindo aqui como titular da Secretaria Municipal de Justiça. Meu suplente ele não pode vir hoje, mas acredito que ele possa tomar posse um outro dia. Tudo bem?

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Na próxima reunião.

**Cons. Alexandre Nardy -** Está ótimo, então, obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Terceiro ponto do expediente: posse dos Senhores Francisco Galego Pereira e Tácito Lúcio Tóffoli dos Santos, como Conselheiros titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais. Uma salva de palmas para os dois para os dois novos Conselheiros, que farão uso da palavra por três minutos.

**Cons. Tácito dos Santos** - Bom dia a todos, hoje eu vim só na suplência. O Francisco não pode vir. Estamos representando as Prefeituras Regionais nesse embate aí, acompanhado os trabalhos. Obrigado a todos.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - As posses estão acolhidas, os Conselheiros considerem-se empossados e sejam bem-vindos ao CADES e tenham a certeza da responsabilidade de que o cargo exige e a importância da discussão e da deliberação com a participação de vocês. Muito obrigado pela deferência em relação ao CADES, sejam bem-vindos.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Vamos agora passar para os informes. Informamos que o processo 2005.0064.147-8 que trata da Comissão Especial de revisão e regulamentação do Relatório de Impacto de Vizinhança, o RIV, criada na 65ª reunião plenária ordinária através da Resolução 89/CADES/2005 retornou de SGM para o DPP para ciência de todos Conselheiros, informando que o projeto de lei encaminhado pela Comissão foi arquivado por conta da redação do Plano Diretor e outras leis que também tratam do assunto. O processo ele se encontra no DPP e os Conselheiros que tiverem interesse em dar vistas, é só nos procurar no Departamento. Informe sobre direito de protocolo pela senhora Clara Prata, Conselheira titular, Diretora de DECONT. Por gentileza, Clara fará uma explanação nesse momento. Obrigado.

**Cons. Clara Prata** -  Bom dia a todos. É só uma explanação rapidinha a respeito do direito de protocolo que foi mencionado na reunião do CADES anterior. Trata-se de uma liminar que foi obtida pelo Procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo. Ele impetrou esse pedido com a ideia de paralisar a aplicação do artigo 162 da Lei de Zoneamento, a 16.402, de 2018. Para quem não sabe o que que é esse artigo, ele fala basicamente que se você tem um processo em andamento de aprovação de projeto, por exemplo na SMUL, seja de obra nova ou seja de reforma, você pode se valer da lei da data em que você protocolou o pedido. Então, seriam processos anteriores à emissão da Lei 16.402. Com isso, qual seria a vantagem ou desvantagem para essa pessoa?  Ela pode se valer da lei antiga, eventualmente, ter benefícios da lei antiga, inclusive do zoneamento antigo daquela região. Então, a ideia toda aqui desse Procurador é que as pessoas que tinham processos nas ZEPAMs antes, ou que vieram a se tornar ZEPAMs, que elas não tivessem prosseguimento dessa análise, a menos que elas optassem pela análise do processo pela Lei 16.402. Esse era o intuito dessa liminar do Procurador-geral e essa liminar ela acabou sendo denegada. Ela caiu agora dia 16 do mês passado e os processos todos da SMUL voltaram a ser analisados com normalidade. Esse era o informe; se alguém tiver alguma dúvida, que o faça.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** -  Os Conselheiros que quiserem fazer uso da palavra, três minutos e lembrando sempre lembrando sempre para falar bem perto do microfone e falar o nome. Obrigado.

**Cons. Sônia Hamburger** – Sônia, Zona Oeste 1. Eu tenho uma dúvida, se você puder me esclarecer, sobre o impacto dessa liminar e depois da queda da liminar sobre os parques e as ZEPAMs.  Os parques que estão em processo de formação, os parques que estão formados e as demais áreas de ZEPAM que foram criadas para garantir a sustentabilidade da cidade. Qual é o impacto?

**Cons. Clara Prata** – Não, eu não tenho essa notícia; não sei exatamente quantos processos estavam dentro dessa área e que eventualmente tiveram prosseguimento na análise; eu não tenho essa referência. Posso até ..., mas eu dependeria da SMUL; a SMUL teria que me informar isso. Não tenho esse dado, não.

**Cons. Sônia Hamburger** - A gente poderia... Ah, desculpe.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) -** Rosélia, DEPLAN – SVMA.

**Cons. Rosélia Ikeda** – Eu sou do DEPLAN, Secretaria do Verde. Bom dia. No DEPLAN, só para responder parcialmente, porque eu não tenho realmente o total, a gente não tem um levantamento do total, mas passaram alguns processos, sim, de áreas que eram de parque e que hoje viraram ZEIS na nova lei; portanto, eles passaram a poder aprovar e tem alguns que eram ZEIS e que viraram ZEPAM, mas com o direito de protocolo eles podem construir. Então, a gente tem alguns casos, uma meia dúzia, vamos dizer de casos que passaram no DEPLAN nessa situação.

**Cons. Sônia Hamburger -** Eu queria só perguntar se é possível... É Sônia novamente. Se é possível a gente pautar essa questão do direito de protocolo, porque tem sido uma reivindicação da sociedade civil que está envolvida com essa coisa dos parques. Obrigado.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Qual seria a demanda específica para gente pautar? Fazer um questionamento bastante preciso: qual seria o questionamento para que a gente pudesse pautar e ter a resposta.

**Cons. Sônia Hamburger -** É o reflexo da liminar e depois da queda da liminar, porque se houve uma liminar, é porque existiu uma questão séria com relação a isso.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** – Perfeito. Não, só faz o questionamento para a gente poder pautar isso para poder trazer para as próximas reuniões trazer a pergunta. Então, vamos lá, qual é - deixa eu só - vamos lá, traz a sua pergunta de novo para a gente registrar. Qual seria...

**Orador não identificado** - Eu estou inscrita

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Só para a gente escrever. Qual é o impacto...

**Orador não identificado** - Antes de passar a palavra para o Tomás.

**Cons. Patrícia Marra Sepe** - Bom dia, eu sou Patrícia, da SMUL. Sônia, eu acho que esse assunto é super importante e acho que a gente poderia conversar eu e a Rosélia, porque o impacto é esse: caiu a liminar, vale, infelizmente, o direito de protocolo. Todos os projetos que estavam protocolados anterior à aprovação da Lei de Zoneamento, infelizmente, entre ser parque e o direito de protocolo,  vai continuar valendo o direito de protocolo, a não ser que o cara faça um modificativo no projeto, aí entre que ele não poderia usufruir dessa questão. Então, o que a gente pode fazer, eu não sei, Rosélia, e eu acho que o DEPLAN já tem isso, é fazer uma análise de todos os casos aí. É só confrontar o que é parque proposto no Plano Diretor de 2014, ver zoneamento, a gente pode se comprometer a levantar aqui os processos que estão protocolados. Não é uma coisa que a gente faz assim também para a próxima reunião... Só para mostrar o quadro, mas enquanto isso, eu acho que a Justiça decidiu. Não sei se isso vai continuar, se o Tribunal de Justiça vai contestar a queda da liminar, mas, por enquanto, está valendo a lei e é isso vai prevalecer. Essas áreas não vão virar parque, a não ser que o empreendedor desista e a Prefeitura consiga desapropriar a área, infelizmente.

**Cons. Thobias** *-* Eu coaduno aqui com a....

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Por favor, Conselheiro, fale o nome.

**Cons. Thobias Furtado** - Eu coaduno aqui com a posição do Eduardo: muitas vezes, a gente tem tanta coisa interessante, e essa é uma coisa muito importante, relevante, e até de se pensar de uma maneira mais estratégica, mas como pautar? O que, de fato, a gente pode fazer aqui no plenário que vai fazer diferença? É imperativo, é muito importante que a gente pense uma estrutura que pode, de fato, empoderar o CADES. O CADES, ele é um Conselho, eu tenho aqui, até algumas coisas que eu gostaria, eu passo só para mesa, para quando eu poderia colocá-las, de contatos que eu fiz aqui com o Banco Mundial, com toda uma agenda, um *framework*, uma estrutura de fazer a cidade um pouco mais sustentável. Eles até ofereceram se a gente tiver interessado em São Paulo hospedar isso, que vai não só nos ajuda a ter essa plataforma, mais indicadores, inclusive financiamento para tentar fazer a cidade mais sustentável, inclusive organizar um pouco estruturalmente o CADES, para que ele possa lidar com questões dessas não melhor dos esforços, que muitas vezes não são do plenário. Então, eu coaduno. Como é que a gente coloca essas coisas todas aqui? Mas eu vou passar para vocês finalizarem esse assunto, para voltar com isso de uma maneira mais apropriada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Eu quero pedir só para situação de ordem. Quando o Conselheiro for fazer o uso da palavra, falar o nome e levante a mão antes para que a mesa possa anotar a ordem das falas, obrigado. Com a palavra, Marcos Moliterno e depois Delson.

**Cons. Marcos Moliterno** – Marcos Moliterno, Instituto de Engenharia. Eu vou fazer um rápido esclarecimento de como funciona um empreendimento imobiliário, porque parece que nem todo mundo aqui tem essa compreensão. Um empreendimento imobiliário, não é que o cara protocola no SMUL ou DEPAVE, ou seja onde for. Isso é uma gestação, é que nem um filho. O filho não nasce no dia que ele nasceu sem ter uma preparação, sem ter uma gravidez antes, ter nove meses antes. Então, quando se protocola um processo aqui, você tem que fazer um registro da incorporação na matrícula do imóvel. Você só consegue fazer isso depois que você compra o terreno. Então, nós estamos falando de alguma coisa aqui chamada direito fundamental e parece que anda se perdendo um pouco nessa discussão. Eu acho bárbaro que São Paulo tenha milhões de parques, mas acho que o cidadão tem que pagar por ele. E se um incorporador, um empreendedor, comprou um terreno, que ele seja desapropriado, regularmente desapropriado. Agora, precisa lembrar uma coisa que a gente tem aqui no Brasil, que é o instrumento do precatório. Precatório é aquela coisa: eu devo, pagarei o dia que eu bem entender. E eu digo isso com salto altíssimo aqui nesse CADES, porque se vocês andarem ali no Viaduto Dona Paulina, tem o Fórum ali Hely Lopes Meirelles, da Fazenda Pública, que trata das questões aqui que a gente discute, em que este prédio ele pertencia metade de baixo à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a metade de cima, à instituição a que eu pertenço: o Instituto de Engenharia. Nós fomos desapropriados há trinta e cinco anos e, por meio de precatório, nós não fomos pagos até hoje. Então, é muito bonito cumprimentar com o chapéu dos outros, como se diz no interior... Se São Paulo quer ter parques, e eu sou amplamente favorável a isso, que os munícipes paguem por isso, e não descarreguem o seu desejo nas costas de quem está há dois, três, quatro anos procurando fazer um empreendimento, protocola aqui e aí a cidade decide fazer um parque ali e aí fala “sinto muito, você perdeu tudo aquilo que você fez. Você comprou o terreno, você contratou projetista, contratou arquiteto, você pagou todo esse pessoal, você movimentou a cadeia, recolheu os impostos, antes inclusive de receber qualquer tostão em cima disso e agora o que você fez não vale mais nada, porque o direito de protocolo não vale mais” . É só para a gente ter um pouco de luz no meio ambiente. Obrigado.

**Cons. Delson Lapa** - Delson Lapa, SMT. Pegando um gancho nessa discussão, como o fundo dele, da discussão, é empreendimento imobiliário, eu tenho visto o seguinte: nós recebemos lá na SPTrans para análise e as Comissões do país, enfim, de empreendimentos imobiliários de HIS. Tem saído muitas aberrações por aí. O Raimundão é uma delas, e aí o que é que acontece? Falando de empreendimento imobiliário como um todo. Na CADES, na Resolução CADES 179, empreendimento imobiliário é RIV. É muito pouco para algum tipo de empreendimento imobiliário fazer um relatório de impacto da vizinhança. Então, eu acho que, nós aqui do CADES, podemos discutir esses empreendimentos, e aí o argumento sempre é de que HIS não pode licenciar porque é interesse social, não sei o quê. E tem saído coisas aí... A preocupação começou pelo seguinte: você pega um empreendimento imobiliário desses de HIS, com dez mil unidades. Aí você.... É uma cidade, é uma cidade. A cidade de onde eu venho tem quarenta mil habitantes. Um empreendimento imobiliário desses em São Paulo, por isso que eu falo em São Paulo a gente tem que botar um pouco mais de luz nas discussões, e comparar com outros lugares pode ser um negócio complicado. E você quando vai ver o projeto do empreendimento, o ônibus não consegue entrar lá dentro. Então, já começa aí o erro. Assim, são empreendimentos imobiliários com fortíssimo impacto. E nós temos que licenciar isso, e o cara tem que fazer compensação ambiental. Eu acho que pode ser... estou sugerindo isso para a gente colocar na discussão.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Olha, a experiência que eu tenho na Secretaria do Verde e eu pactuo com aquilo que você vem falando e com que o Thobias também alertou aí. Eu acho o seguinte: pragmatismo e discussão nós temos bastante. Eu sou atuante na questão da enxada, de onde eu vim também se trabalha muito com a enxada e com pouca palavra. No momento em que nós tivermos a conscientização de que o CADES é importante na participação, inclusive de um projeto dessa intensidade - eu acho que isso é relevante e é considerável -; porém, eu tenho um senso de responsabilidade extremo, aonde eu vejo processos dessa envergadura, que o empreendedor protocolou na SMUL, na Secretaria do Verde, que estão lá dois anos, três anos. Eu sou decididamente contrário a isso. Se nós temos por obrigação, regimentalmente, nos estruturarmos, nós precisamos, nos reunirmos de segunda a domingo - é o que é o que a gente faz na Secretaria - e trabalhar. Porque não adianta criar Comissões, Comissões, sociedade civil intervir, opinar, a Secretaria opinar, e não resolver. Então, eu acho assim: se o empresário for na porta da Secretaria do Verde e falar “eu preciso de um licenciamento de um processo de dez mil unidades de interesse social”, eu tenho que dizer: sim ou não, mas com brevidade. Eu não posso ficar enrolando ele. Ah, passou pelo técnico A, pelo técnico... depois de dois anos eu ainda não respondi ao empreendedor. Então, eu acho que nós temos que ser bastante objetivos. Na Secretaria nossa, do Verde, na minha gestão, não fica nada embaixo do tapete. Então, vamos nos reestruturar? Vamos, mas vamos fazer. Nós vamos criar uma Comissão para que ela tenha relatório. Nós vamos nos reestruturar para nós termos a participação. Não adianta ficar criando Comissão, se reestruturando e soltar tudo lá na Secretaria ou aqui no CADES e não ter uma resposta. Nós precisamos criar as coisas e efetivamente fazermos. Eu sou favorável e eu acho que a atuação, assim como o Thobias falou, deve ser mais veemente para que nós tenhamos uma sustentabilidade da nossa efetiva participação nos assuntos de interesse do Município, mas nós tenhamos que sair do pragmatismo e efetivamente pegar na enxada. É um compromisso que eu assumi e eu acho que nós todos do CADES e todo cidadão tem que assumir. Então vamos fazer? Precisa do EIA-RIMA? Precisa do EIA-RIMA. É possível ou não? Não? Pronto, acabou, tchau, vai embora, cuida de outro projeto. Eu não admito - e a Clara, é a nossa Diretora do DECONT, o Fábio é o diretor do DEPAVE - eu não tenho admitido na Secretaria do Verde o processo ficar um ano, dois anos sem resposta. Eu prefiro dar um não do que ficar enrolando a pessoa, porque envolve emprego, envolve questões legislativas. Hoje é o direito de protocolo, amanhã é alguma coisa do Tribunal de Contas, é o Ministério Público intervindo. Então, assim, protocolou, gente, o mais breve possível a gente dá a resposta. Eu não tenho menor problema de falar não para o empreendedor, como também não tenho o menor problema de falar sim nas situações. Nós temos hoje lá cento e sete parques em São Paulo, instituídos e criados. Desses cento e sete, oitenta e seis não têm acessibilidade. Me desculpe, me desculpe os interventores pragmáticos de todas as instituições da Administração Pública. Oitenta e seis parques hoje não estão de acordo com a Lei de Acessibilidade. Eu herdei isso. Cadê os pragmáticos que tanto falam? Por que não resolvemos isso? Sabe quanto custa isso aos cofres do Município? Uma fábula. O Secretário deveria intervir e fechar oitenta e seis parques, dentro deles o Ibirapuera, que não tem acessibilidade. Cadê o Conselho Gestor que não pediu para gente fechar o Parque do Ibirapuera?

**Cons. Thobias** - Já deliberou há dois anos, inúmeras vezes .

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Que nós teríamos de fechar, não é?

**Cons. Thobias** - Está registrado em Ata,  já foi ... (vozes sobrepostas)

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - O que aconteceu, Thobias, até hoje? Foi fechado? Nada, foi gasto?

**Cons. Thobias Furtado** -  Sobre acessibilidade ou sobre...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Especificamente nesse assunto, nada. Então, o que é que aconteceu? Vários gestores na Secretaria do Verde, não. Não tem o problema, vai empurrando. Então vamos enfrentar? Qual é o custo disso, acessibilidade só no Parque do Ibirapuera? Oito milhões. Está no Ministério Público. São oitenta e seis parques. Então, antes de eu criar o parque como a nossa amiga nos falou. O ano passado, o ano retrasado, nós recebemos o Parque do Jockey, recebemos de braços abertos. Agora a Secretaria recebeu a chave do Parque do Campo de Marte, de braços abertos. Nós temos condições de cuidar? Previu-se lá atrás, quando éramos trinta e viramos cento e sete, o orçamento? O orçamento da Secretaria é duzentos milhões, cento e vinte só com parques. Como eu pago o resto? E como eu cuido do parque? Sem manutenção, sem segurança, não adianta criar parque. Eu adoro parque, eu nasci em cima de uma árvore também. Na minha juventude, brincava-se não com jogos e sim em parques. Mas como que eu posso criar um parque se eu não tiver a responsabilidade de criar um parque acessível, um parque legal, com legalidade. Não adianta eu absorver. Não, parques, parques, parques. Isso, politicamente, em plataforma e eleição política é a coisa mais linda. Não, criei parque na Zona Sul, criei parque na Zona Leste, eu sou um parqueiro. Perfeito. E a responsabilidade? O Thobias acabou de falar que há dois anos já fizeram a reunião e o Ministério Público vem acompanhando isso. Cabe a quem resolver isso? Ao gestor? Mas e cadê o dinheiro? Como eu posso pensar em criar um parque novo em São Paulo, se eu ainda não dei conta de cuidar do Ibirapuera, que é o símbolo de São Paulo? Então, nós temos que ter senso de responsabilidade nas decisões. Vamos fazer? Eu pactuo de fazer 24 horas por dia, de segunda a domingo; porém, temos que fazer e colocar o dedo lá. Não adianta o Secretário ser responsável no Ministério Público porque não fez isso, fez aquilo. É muito fácil discursar. Eu quero ver efetivar. Cadê o recurso? Oito milhões para cuidar só do Ibirapuera. É difícil, a Administração Pública é difícil. Por isso é que eu sempre divido a responsabilidade com vocês e quero contar com ajuda de vocês a todo instante. Ah! nós temos Fundo, nós temos possibilidade (ininteligível). Ótimo, tragam isso para Secretaria para a gente poder resolver. Ninguém é uníssono na Secretaria. Não existe um único Secretário. Todos nós somos Secretário do Verde, todos nós temos responsabilidade, não é só uma pessoa, quem está lá hoje empossado Secretário que é o responsável do Verde. Hoje eu assino em média de sessenta a oitenta autorizações de corte de árvore por dia. O Secretário do Verde precisar assinar autorização de uma árvore que está morta lá em Parelheiros. Se o engenheiro agrônomo autorizou, por que é que o Secretário... Quem sou eu? Autoridade máxima para poder autorizar? Se engenheiro já autorizou, corta a árvore. A responsabilidade é do engenheiro agrônomo que autorizou, instituído para isso, formado para isso. Por que é que tem que chegar no gabinete sessenta a setenta por dia tem que assinar para cortar uma única árvore em determinado local se o engenheiro agrônomo já falou “essa árvore tem que ser cortada”? Qual o problema? Corte, que plante, que se faça a compensação. Então, por isso que é importante nós dividirmos as atribuições. Todos nós, todos nós somos Secretários do Verde, até na hora da criação do parque. A gente tem que ter responsabilidade. Não adianta jogar para a Administração Pública e falar "vocês precisam criar mais parque". Vocês quem? Nós todos, a sociedade precisa criar o parque, mas com responsabilidade. O cartão postal de São Paulo, que é o Parque do Ibirapuera, há dois anos, como o próprio Thobias relatou, vem discutindo a questão de acessibilidade e até hoje não foi feito. Por quê? Falta de recursos. Cadê o recurso para fazer isso? Aonde está esse dinheiro? E aí o que é que nós teremos que fazer, o que a lei disciplina sobre isso? Se alguma empresa ela tiver um problema de falta de acessibilidade, eu notifico ela para que cumpra acessibilidade sob pena de fechamento. Cadê os corajosos que me antecederam? Por que não fecharam os parques? Porque que é que eu não vou fechar? Eu posso fechar? Eu não vou fechar, é parque público. “Mas ele não tem acessibilidade, Doutor, ele está fora da lei”. Então, nós precisamos achar as soluções, não sou só eu que tenho a solução, não tenho varinha de condão para resolver, por isso que eu convido a sociedade como um todo e o CADES para que nos tragam a solução. Sugestão, se eu colocar um link lá "o que você acha que deve ser feito com o parque A ou B", aparece oito mil questionamentos. E a solução, quantas aparecem? Qual a solução para isso? Nós somos o que o Thobias acabou de falar, nós precisamos dar ênfase para as Câmaras Técnicas do CADES para apresentar também as soluções, não só o dedo na cara. Eu preciso e eu quero. Não é assim. Eu posso e eu faço. A sociedade civil, devidamente instituída em Comissões e entidades, precisa ter a conscientização que nós precisamos dar as mãos para poder resolvermos aquilo que a gente quer. Não é só atribuir à Secretaria do Verde ou qualquer outra Secretaria a responsabilidade da solução. Com essa greve do caminhão o Município de São Paulo deixou de arrecadar cem milhões de reais, cem milhões de reais. É culpa de quem? É culpa do Prefeito? É culpa de... Não é, é greve dos caminhoneiros. E aí isso reflete no quê? Falta de verba para saúde, para educação. Não adianta falar "ó, falta isso". Falta isso, mas não tinha arrecadação. Qual é a solução? Vamos nos juntar, vamos estruturar dentro do CADES para que nós apresentemos soluções. Questionamentos temos mais de oito mil. No 156 nosso, acho que nós temos mais de sessenta mil reclamações. Ah, a árvore tal precisa cortar. Perfeito, mas aonde tem estrutura na Secretaria para atender sessenta mil reclamações? Se cada um fizer a parte que lhe cabe, a gente consegue isso, com certeza. Antes de nós exigirmos a resposta, nós precisamos apresentar também a solução. Não é porque eu sou só sociedade civil que eu me sinto aquém de também ajudar. Então, assim, por que é que nós precisamos criar parque? Por uma questão de sustentabilidade e uma cidade melhor. Eu também concordo isso, eu adoro isso - e eu não sou político - e eu adoro. Mas e a condição para isso, se eu tenho hoje... Nós tivemos, para você ter uma ideia, eu levei ao FEMA, que é o CONFEMA, que é o Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente da Secretaria, a proposta para fazer acessibilidade em um parque, que é o Parque Raul Seixas, projeto, que é aquilo que a gente tinha condições de fazer. Um milhão e cem mil reais. O FEMA aprovou. Sabe quando para fazer acessibilidade? Em janeiro. Sabe quando o dinheiro foi liberado? Ainda não foi liberado. Um parque. Nós temos oitenta e seis sem acessibilidade. Problema gravíssimo em São Paulo, gravíssimo. Como que eu posso pensar em criar um novo parque se eu não cuido nem dos que estão aí? Vamos cuidar bem daqueles que existem e vamos pensar em criar milhões. Eu gostaria de ter milhares de parques, eu gostaria que São Paulo fosse um parque. Mas eu preciso ter a importância e a responsabilidade de saber que amanhã o promotor vai chamar “Doutor Eduardo, por que é que o senhor não tem acessibilidade em determinado parque? O senhor está sendo processado e o patrimônio do Senhor está sendo bloqueado e penhorado por improbidade administrativa.” “Mas Dr. Promotor, eu não tenho dinheiro, o dinheiro é municipal, eu não tenho a solução.” Então, nós precisamos trazer fundos, parceiros, colaboradores, a sociedade civil fazer mutirão para poder ajudar a capinar o parque, a roçar o parque. Nós precisamos nos dar as mãos. Só a Administração Pública sozinha não consegue. Desculpe o desabafo, mas eu acho que todas as inserções são proveitosas, mas eu convido efetivamente que nós façamos aquilo que a gente se compromete. As nossas proposituras sejam enfáticas e resolutivas e não apenas opinativas, tá bom?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Conselheiro Walter Pires, de SMC.

**Cons. Walter Pires** - Bom dia a todos. Walter, SMC. Só para objetivar um pouco essa sugestão de pauta em relação à questão do direito de protocolo. Lembrar que o direito de protocolo surgiu em outras modificações de zoneamento do Plano Diretor ao longo da história da cidade. Era uma questão que sempre surgia. É importante essa observação que o Conselheiro Moliterno fez do processo complexo que envolve os empreendimentos, mas, por outro lado, houve certamente uma discussão muito complexa em relação ao último Plano Diretor de zoneamento de criação de novas ZEPAM. Então talvez o caso fosse os nossos colegas de SVMA e SMUL prepararem um balanço dos casos mais complexos ou mais evidentes que justificaram essa ação da justiça, da liminar, e apresentar isso para o Conselho, eventualmente em áreas que possam impactar uma ZEPAM ou que possam criar, enfim, problemas que envolvam a atribuição do próprio CADES. Fazer um balanço. Certamente são centenas de situações de direito de protocolo, mas aquelas que talvez impactem mais diretamente em zonas que foram propostas como ZEPAM ou que têm algum impacto em áreas ambientais que vale a pena o Conselho se manifestar. Fazer um balanço e pautar isso numa reunião futura

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Perfeito. Patrícia, como você falou, é possível que na próxima reunião nós tenhamos esse balanço para a gente pautar já para a próxima?

**Cons. Patricia Sepe** -  A gente tem combinar a figurinha aí, né, Rosélia? O que é que você acha?

**Cons. Rosélia Ikeda** - Acho que é um pouco difícil, né? Talvez daqui a dois meses talvez a gente consiga. Não sei como é que está o...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Vamos tratar nas duas próximas reuniões. Na primeira vocês trazem um balanço, talvez não aprofundado e na segunda a gente faz uma coisa mais aprofundada, mas na próxima reunião a gente tem uma questão já pelo menos sintética em relação ao impacto que é a solicitação. O impacto do direito do protocolo na criação ou não dos parques e da ZEIS. Era isso que era a sugestão, né? (voz ao fundo) Resumiu a questão.

**Cons. Sônia Hamburger** -  Eu acho que o Walter esclareceu melhor.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Ótimo, então a gente marca para a próxima reunião um relatório não tão detalhado. Acho que daqui dois meses, mas...

**Cons. Rosélia Ikeda** – Eu acho que os casos que a gente conhece a gente já pode trazer.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -**Tá bom.

**Cons. Rosélia Ikeda** -  A questão é levantar aqueles que a gente ainda não conhece.

**Cons. Walter** - Ou talvez até recuperar a informação de por que é que a justiça entrou com essa liminar, quais são os casos que justificaram ação da Promotoria.

**Cons. Patricia Sepe**- É, a gente pode apresentar, até porque é a questão do retrocesso. O conceito que ele usou é que não pode haver retrocesso ambiental. Mas a gente pode inclusive explicar um pouquinho melhor o que é que é esse conceito e, enfim, fazer um levantamento, né, Rosélia?

**Cons. Ivo Carlos Valencio -** Ivo, Leste 1. Tem coisa que a gente não entende. Há três anos atrás, eu desarquivei o Parque Nair Bello. Estava arquivado. Por quê? Foi arquivado, se eu não me engano, em 2015, se eu não me engano. Esse parque teve a liberação do projeto pela SIURB. Na época, quatro milhões e pouco para a implantação do mesmo. Gente, ninguém sabe onde foi o dinheiro. Teve emenda parlamentar de três milhões, depois teve mais dinheiro colocado e ninguém sabe aonde foi nada, porque esse dinheiro não existia. A sua fala foi ótima. O Parque Raul Seixas lá, o primeiro Conselho do parque foi eu que ajudei a criar dez anos atrás, então a gente conhece a realidade do nosso território. Mas é triste ver uma região como a Aricanduva, que já sofre esse impacto, que eu digo, do Rodoanel. Precisa de mais arbóreo, mais verde para mitigar um pouquinho os impactos que estão sofrendo. A gente fica desesperançado. A sua fala foi ótima, porque ao menos esclarece a realidade que a gente está vivendo hoje. Agora, outra fala do Senhor, Secretário, que me chamou atenção: nós tivemos uma lei alguns anos atrás que o agrônomo tem a liberdade de mandar retirar aquela árvore, quer dizer, parece-me que havia uma lei assim, que não precisava chegar à Secretaria, porque é comum ter que fotografar, pegar o documento da residência... É um trâmite muito longo.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  É em torno de um ano a ano e dois meses para chegar o processo entre o pedido de corte de árvore até a minha autorização.

**Cons. Ivo Carlos Valencio** - Então, mas é terrível isso, engessa. A cidade não anda, tem que andar. Obrigado, é só.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** -  Com a palavra o Conselheiro Lúcio Fleury e logo após, Sônia Hamburger .

**Cons. Marcos Moliterno** - Marcos Moliterno, eu passo a palavra para o Lúcio Fleury.

**Cons. Lucio Fleury** - Lucio Fleury, Instituto de Arquitetos do Brasil. Queria fazer uma breve colocação, então, sobre o assunto que o Secretário trouxe sobre a dificuldade de recursos para a gestão dos parques e falar da importância da gente discutir aqui e entender melhor sobre a concessão dos parques, sobre as possíveis formas de parceria público-privada para a gente poder aumentar o número de parques e dar melhor condição aos parques que estão aí. Estava anteriormente previsto na pauta já uma explanação ou uma apresentação sobre a concessão do Parque Ibirapuera, que tem uma série de polêmicas envolvendo essa concessão. É um assunto muito importante e interessante, então eu espero que esteja na próxima pauta e que a gente precisa entender aqui como que funciona isso. A concessão dos parques, ou como muita gente chama, às vezes, privatização dos parques, é uma coisa, na verdade, super necessária, como a gente tem visto já aqui no Conselho desde a gestão que eu tenho participado, com o Gilberto Natalini, falando da dificuldade de recursos que a Secretaria tem. Impossível a gente tocar os projetos da Secretaria sem pensar na parceria com as entidades privadas, então, eu acredito que na próxima reunião a gente vá ter a pauta, então, do parque. Talvez o Thobias possa me ajudar aqui a esclarecer isso, ainda não está deliberado.O edital é dia 12, né?

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Dia 12/7.

**Cons. Lucio Fleury** - Bom, enfim, mesmo que já seja efetivada essa concessão, é importante que a gente tenha uma apresentação aqui de como se deu a concessão  e como a gente pensar as próximas, para o Conselho poder, de fato, colaborar de alguma forma e trazer novas parcerias e incrementar essas concessões. Se, de alguma forma, a do Ibirapuera não for a melhor solução possível, como melhorar para as próximas. Só uma pergunta que talvez o Thobias possa me ajudar a responder: a gente vai ter até a próxima reunião, uma reunião da Câmara Técnica de formação de pauta, correto? E aí a gente vai poder discutir melhor isso na reunião, então.

**Cons. Thobias Furtado** - Tem outras coisas, mas só para complementar, já que você me puxou.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Gente, vamos respeitar, porque, como eu acabei de falar, a Sônia é a próxima Conselheira, senão a gente vai intercalando e a gente não consegue chegar. Depois você pede a palavra. Sônia...

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Você vai passar a palavra?

**Cons. Sônia Hamburger** - É que ele ia complementar a fala do Lúcio. Eu, na verdade, a minha...

**Cons. Thobias Furtado** - Talvez a indagação final. Thobias, Parque Ibirapuera Conservação. Talvez a indagação, não sei, que o Lúcio está trazendo e que a Sônia também deve trazer - os dois pertencem também à Câmara Técnica de elaboração de pauta, como eu pertenço à Câmara Técnica e outros Conselheiros pertencem à Câmara Técnica. A gente trouxe essa Câmara Técnica das cinzas aí na última reunião para elaborar e ficou um ressentimento aqui de que foi mudada a pauta. A pauta foi sugerida pela Secretaria do Verde, a gente deu Ok na reunião para a pauta sugerida pela própria Secretaria do Verde, só fizemos alguns adendos mínimos e depois a gente foi surpreendido na semana seguinte com uma pauta distinta. Então, deu aquela sensação de que poxa, como é que isso está funcionando de fato? Ainda mais por uma questão... eu sou tendencioso, sou *biased,* mas sobre essa questão de concessão do Parque Ibirapuera. Mas até como o Lúcio próprio puxou aqui agora: é uma coisa muito importante e eu tenho até, quando vocês forem abrir para a pauta, até os ofícios do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera, que eu faço parte, que me enviaram e me pediram para ler aqui, que foi submetido para o Prefeito e para o Presidente do CADES, mostrando a iminência e explicando aqui. É uma página simples, eu posso ler para vocês a iminência disso ser tratado, mas eu não queria desrespeitar aqui um pouco da ordem. Eu só estou complementando a fala.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  Só esclarecer esse espasmo que você teve em relação à pauta. Segundo a informação aqui, foi marcada uma reunião para o dia 11/6 com os membros da Comissão de pauta e só tinham dois, não deu quórum; o que é que aconteceu?

**Cons. Thobias Furtado** -  Teve quarenta por cento, né, da..

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** De cinco, tinha dois, mas não é representatividade suficiente para uma Comissão. Mas, como eu falei para vocês...

**Cons. Thobias Furtado -** O Regimento não diz que precisa ter quórum. Se você for olhar no Regimento Interno, no Decreto, a gente pode, a gente analisa aqui que por ser o artigo específico, ele diz que a pauta tem que ser deliberada por maioria. Então, o que é que o Conselho adotou fazer e, com condescendência da própria Secretaria, foi parcimonial, mas a gente aceitar a pauta sugerida pela Secretaria do Verde, não vamos modificar, só fizemos alguns adendos e isso, inclusive, era pauta... Essa pauta do Ibirapuera era para ter sido discutida na reunião anterior, que foi para a posse dos novos Conselheiros. Ela foi se propagando por duas reuniões. A gente não alterou nada. Agora, a gente foi surpreendido por uma mudança abrupta sem nem consultar a própria Câmara Técnica que optou por não dizer que deliberou, mas sugeriu a continuidade da própria sugerida pela Secretaria do Verde. Estamos buscando é só fluência. Não é Prefeitura versus sociedade civil e tampouco Câmara, decisão e tal...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Jamais teria isso. Pelo menos na minha gestão jamais vai ter isso, apesar de eu ter alguns assuntos que eu sei que a sociedade civil nos impinge bastante responsabilidade. Vamos lá, 11/6 ficou marcado uma reunião de vocês da Câmara Técnica de elaboração de pauta. Não realizou porque só tinha dois, não houve quórum. Qual é a próxima data sugerida para que isso ocorra?

**Cons. Thobias Furtado -** Ela foi realizada. Ela tem Ata e tem pauta.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) –** Quando foi realizada?

**Cons. Thobias Furtado** - No próprio dia 11.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** – Foi realizada, mas não houve deliberação ou houve deliberação?

**Cons. Thobias Furtado** -  A palavra deliberação nós optamos por não usar e optamos por recomendação do que tinha sido apresentado pela própria Secretaria do Verde para a gente.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Tá.

**Cons. Thobias Furtado** - Agora, cabe lendo legalmente nos Regimentos, caberia inclusive a pauta deliberar. Agora tem uma coisa que é deliberar uma Câmara Técnica de EIA-RIMA ou uma Câmara Técnica de RIV deliberar por maioria, porque é uma coisa legítima. Outra coisa é você está deliberando sobre a pauta específica, com cinco pessoas que se predispuseram a tirar das cinzas. Então, vamos olhar isso para a gente não ficar brigando legalmente nas linhas qual é a intenção e a gente está querendo é somar.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - É o que eu falei na outra reunião. Quando nós nos deliberamos por fazer reuniões, é importante que nós tenhamos a participação. Nós temos aí uma Câmara Técnica para falar sobre pauta e das cinco presenças, só tinham duas; quer dizer, é importante que tenhamos cinco.

**Orador não identificado**  - Foi marcada com dois dias de antecedência.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Nós entendemos... um evento aí, uma dificuldade, por uma questão de saúde, alguma justificativa, mas nós temos que ter essa participação. É importante para legitimar e dar corpo para isso.

**Cons. Thobias Furtado** - E o mais importante disso – Thobias Furtado - é agenda. Marcar reunião com vinte e quatro horas de antecedência para Câmara*,* é muito difícil para essas Câmaras Técnicas. Ainda mais eu tive, *(inaudível)*abri mais uma reunião, a gente até reviu isso na Câmara Técnica de RIV. Vinte e quatro horas para analisar quatro heliportos*,* é muito rápido. Eu concordo com celeridade. Eu já empreendi, eu já incorporei na vida. Eu sei o quão importante é ter resposta rápido, mas a gente tem que repensar um pouquinho, como dar resposta mais rápido sem perder a legitimidade dos passos. Então, reunião de vinte e quatro horas antes, por mais que seja permitido pelo Regimento, a gente tem que evitar. Chama planejamento. Estamos à disposição, e nos colocamos desde a reunião passada.

**Cons.** **Sônia -**  E só posso usar minha palavra, só porque eu queria esclarecer. Eu, de jeito nenhum, estou aqui para exigir alguma coisa do Poder Executivo. Eu estou aqui para somar. Eu acho que esse assunto do... a gente quer fortalecer exatamente a Secretaria do Meio Ambiente. A sociedade civil ela é muito cara com esse assunto da sustentabilidade, e os parques eles representam isso para a gente: uma cidade mais humana e mais sustentável. Então, a gente está aqui, realmente, para somar e absolutamente não para exigir. Desculpa se eu me expressei mal em algum momento.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Não, não. Quando eu foquei essa questão, não me direcionei a você. É um discurso que eu, como gestor, eu tenho. Eu conclamo a sociedade civil como um todo para que nos dê a solução dos problemas que nós enfrentamos; quer dizer, é importante que nós tenhamos as soluções efetivas dos problemas que nós enfrentamos. Não é só parque, a gente tem a exigência constante, o dia a dia da Secretaria do Verde é exigência, que eu preciso disso, eu preciso daquilo. Perfeito, nós precisamos, a sociedade precisa, mas qual é a solução? O questionamento da interrogação sempre fica, né? Nós temos lá hoje, a pauta minha de reunião é mais ou menos de oito a dez atendimentos diários para poder atender todo tipo de conclamo, todo tipo de solicitação. Então, é importante também que a sociedade civil também participe nas reuniões*.* Eu não vejo melhor óbice, muito pelo contrário. Eu sou enfático na questão de trazer para próximo da Secretaria as sugestões e as soluções também. Sempre. Vamos lá.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Vamos passar agora para o quinto ponto de pauta: sugestões para inclusão de pauta desta reunião. Alguma inclusão? Conselheiro Thobias, por favor, uso da palavra.

**Cons. Thobias Furtado -** Só uma questão de ordem. Como é que funciona isso. Eu sou inexperiente no CADES, então eu peço... Eu cito qual é a inclusão e já vou falando ou eu cito, todo mundo cita e depois você dá a palavra para as pessoas?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) -** Você cita, faz o uso da palavra, e depois nós passamos.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Sugestão que você tem de pauta para a próxima reunião.

**Cons. Thobias Furtado** - É sugestão de pauta para a próxima reunião ou inclusão de pauta para esta reunião?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) -** Para esta reunião.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  Não precisa ser jocoso, não precisa ser jocoso. Fala com maneira bastante tranquila comigo, não precisa ser jocoso. Você parece que faz com desdém de quem está aqui. A gente tem duzentas responsabilidades, duzentos compromissos. Só peço a gentileza e a fineza, da mesma maneira que eu estou te tratando, que você trate com respeito todos os representantes do CADES, sem maneira jocosa de achar que você tem razão, que a gente não lê pauta, que a gente não conhece o Regimento. Todo mundo está aqui se disponibilizando porque leu o Regimento e conhece bem porque está aqui. É só você fazer a sua reivindicação, a gente vai acatar ou não. Não precisa ser jocoso, eu te peço essa fineza.

**Cons. Thobias Furtado** -  Eu sinto, Eduardo, que você sentiu meu tom jocoso.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente) -** Senti muito, senti muito.

**Cons. Thobias Furtado -** Eu peço desculpas, não foi minha intenção aparentar jocoso. Não sei, vou até depois fazer uma releitura da Ata para ver aonde é que eu fui, para melhorar nas próximas,

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  Não, meu sentir, não é da Ata, é o meu sentir.

**Cons. Thobias Furtado** - Ah, tá. Então, eu sinto, não foi minha intenção. Eu tenho duas sugestões de pauta para a gente tratar aqui agora. A primeira sugestão de pauta ela diz respeito a uma nova lei que foi passada, no mês passado, a Lei 16.899 de 2018, dia 24 de maio. É o que eles chamam lá na Câmara de "x-tudo". Pegaram uma série de coisas que a Prefeitura (ininteligível) e colocavam substitutivos e acabaram alterando o artigo 1, que delibera o caráter deliberativo dos Conselhos Gestores de parques. Então, nessa iminência que a gente está aí para a concessão do Ibirapuera e a concessão do Ibirapuera sem um Plano Diretor revisado, para poder abraçar e até, inclusive, reduzir um pouco do risco regulatório para o eventual concessionário, ele está meio em cheque. Então, essa lei ela alterou a 15.910, de 2013, no artigo 1 e tirou o termo deliberativo. Junto com essa lei vão até aumento de vale-refeição para os funcionários da Câmara. É o que eles chamam de "x-tudo". Entra um monte de coisas, precisa alterar, então cortaram isso. Por que é que eu estou trazendo isso como ponto de pauta e de preocupação? Porque o Conselho Gestor do Parque Ibirapuera ele deliberou, em abril deste ano, que a concessão do Parque Ibirapuera ela não deveria acontecer sem antes que o Plano Diretor do Parque fosse revisado, para dar inclusive legitimidade e tranquilidade para isso. Então, ela enviou uma carta ao Presidente do CADES, assim um ofício, enviou - não foi nem eu que assinei - mas enviou, também, com cópia para o Bruno, trazendo, enaltecendo essa importância que isso seja tratado com a devida coerência para evitar. Então, um ponto seria ler esta carta, que foi me solicitado pelo Conselho Gestor quando ele ainda era deliberativo, porque segundo essa nova lei ele deixou de ser deliberativo. Tem gente que está muito preocupada, porque uma vez que ele deixa de ser deliberativo...Nossa, realmente o tempo tem que ser mais ágil. Eu posso fazer a leitura dessa carta do CADES ou simplesmente disponibilizo por vocês como vocês queiram? Esse é o primeiro ponto de pauta. Fica ao seu...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - A lei já foi aprovada.

**Orador não identificado** - Foi sancionada?

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Foi sancionada?

**Cons. Thobias Furtado** -  Essa lei já foi sancionada.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Qual seria a propositura de discussão em relação a lei já sancionada. É uma revisão dessa lei, é isso? Que a gente discutisse no CADES a possibilidade de uma rediscussão da lei. É isso a sugestão

**Cons. Thobias Furtado** -  A sugestão é: nessa iminência da concessão de parques, nós temos que se preocupar com a governança e manter o Poder Público e as pessoas em torno dos parques. Com essa lei, você enfraqueceu os Conselhos Gestores porque agora eles são só consultivos; então, se você vai alterar um pedaço do parque ou não, ele só pode falar sim ou não. Quem vai decidir, de fato, vai ser o concedente, o poder concedente (ininteligível) o Poder Público. Eu acho que deveria, de alguma maneira, isso ser repensado. Agora, isso traz uma maior preocupação dado o momento em que isso está acontecendo. Duas, três semanas antes da concessão e justamente dois meses antes de uma deliberação muito enfática do próprio Conselho Gestor. Por favor, planejem antes. Não é que não conceda, só planeje antes para a gente evitar risco para o concedente e para evitar problema futuro. Para quem leu o edital - eu tive que ler o edital -, tem uma série de coisinhas que não cabe falar nesse tempo, mas que colocam até em cheque até a essência de uma boa concessão. Então esse é um assunto de pauta. O outro assunto de pauta...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - O que seria? Vamos lá. Definir, deixar bastante claro a sua propositura. Qual é o assunto de pauta para a próxima reunião?

**Cons. Thobias Furtado** -  Eu entrei em contato com o Banco Mundial e eles fazem um fórum anual no mundo. O último do ano passado foi em Nova Déli, na Índia, e eles estão interessados em fazer conosco. Eles utilizam um *framework sustaintability*, *framework* ou então um esqueleto de sustentabilidade para ajudar a Prefeitura a implementar indicadores, inclusive a financiar isso por aqui. Não é uma coisa ser tratada por eu, Conselheiro do CADES. Eu fiz a ponte, mas eu gostaria passar esses contatos diretos de lá, que eles estão interessados e estão realmente estudando se faz sentido ou não trazer para São Paulo. Então eu gostaria também de deixar esse segundo ponto. São só esses dois pontos que eu estou trazendo como sugestão pauta para vocês.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Então vamos lá, vamos entender. Desculpa, a questão para que todos os Conselheiros pudessem deliberar sobre a inclusão desse assunto na pauta. A sugestão do Conselheiro é que nós façamos uma ampla discussão em relação à lei aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito, é isso? Qual seria a sugestão da pauta? Discutir essa lei?

**Cons. Thobias Furtado** -  Bem pragmático, que o Conselho, se o CADES tiver interesse, marcar uma extraordinária específica antes da concessão para discutir a pauta de concessão do Ibirapuera e todas as pequenas coisinhas que tem em volta. A melhor maneira de fazer isso seria eu ler a própria carta do Conselho Gestor do parque. Eu posso buscar aqui no computador e ler para vocês. Tem uma página, mas eu não estou acostumado com o processo do CADES e eu não sei se eu estou exagerando as minhas falas, então eu estou dando um passo para trás, mas me colocando à disposição.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Vamos lá, eu acho que nós deveríamos colocar esse assunto em votação. Existe uma propositura do Conselheiro de que nós marquemos uma reunião extraordinária para discutir sobre o sancionamento da lei que deliberou sobre a questão da participação do Conselho Gestor nos parques, se ele seria só consultivo e deliberativo ou seria só consultivo. O que é que nós vamos fazer? Vamos marcar uma reunião extraordinária? É isso? Formule melhor.

**Cons. Thobias Furtado** - (ininteligível) Foi uma falha de comunicação. Eu talvez não esteja me fazendo claro. Eu realmente não estou familiarizado com o processo do CADES. Eu não sabia nem que eu estava propondo uma sugestão de pauta para o futuro. O que eu queria trazer para vocês.... eu gostaria de ler a carta do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera. A gente tentar mudar uma lei, marcar uma extraordinária para isso, eu acho que nem vai nem quórum.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Mas o Conselho Gestor do parque já mandou a carta à Secretaria do Verde, como você disse, já mandou ao CADES, mandou à Secretaria e mandou ao Bruno, que é o nosso Prefeito de São Paulo.

**Cons. Thobias Furtado** - (ininteligível) que fosse feita uma extraordinária para discutir a concessão do Parque Ibirapuera no CADES. É isso que ele solicita.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - A concessão do Ibirapuera já foi discutida, deliberada, já está marcada para o dia 12/7, já foi um assunto encerrado nos órgãos institucionais que participaram disso. Existe uma insurgência natural, como todo cidadão tem o direito, existe uma insurgência do Conselho Gestor do Parque do Ibirapuera em relação a esse assunto. Eu não sei se seria o CADES o órgão responsável para discutir um questionamento, uma insatisfação do Conselho Gestor do Ibirapuera. Essa só a minha preocupação, porque nós temos que nos ater estritamente àquilo que cabe ao Conselho, ao CADES deliberar. É uma insurgência do Conselho de Administração do Parque do Ibirapuera em questão da lei, sobre a questão de deliberar ou não e sobre a concessão. Eu acho que assunto concessão do Ibirapuera, neste momento, ela já está bastante avançada e já foi deliberada por todos os órgãos competentes sobre o que podia. Foi discutido em audiência pública, foi colocado o edital durante o período de alguns meses para que pudessem ser discutidas sugestões, as análises, as discussões, fizemos uma audiência pública na UMAPAZ discutindo questões do Manequinho, questões do CECCO**.** Tudo isso já foi bastante e amplamente discutido, então há uma solicitação do Conselheiro de marcarmos uma extraordinária para discutirmos sobre a concessão do Ibirapuera. Eu não sei... eu,  particularmente entendo que não é de responsabilidade do CADES discutir a concessão e, sim, analisar, fiscalizar...

**Cons. Thobias Furtado -**  Dentro das atribuições do CADES, lá nas doze atribuições, tem uma dessas que é cuidar e zelar pelo patrimônio, pelo verde etc. dos parques; então, logo o Conselho não está pedindo para revoga, faça isso. O que ele está pedindo é faça a revisão do Plano Diretor do parque antes de conceder, porque se você não sabe o que é que vai poder ser feito. Segundo os históricos, que está aqui na carta, (ininteligível) do Plano Diretor do parque, o Conselho Gestor do Parque Ibirapuera vem recorrentemente - eu vou ler para vocês - buscando, no CADES - a gente termina o assunto - espaço para dialogar sobre a concessão do Parque Ibirapuera, mas as tentativas vêm sendo frustradas. Através do ofício 4, de 2018, o Conselho, em sua 162ª reunião ordinária, realizada em 13 de junho, reiterou essa solicitação ao CADES através do ofício de 16 de Abril, para que o Conselho do Ibirapuera considere a posição do Conselho Gestor quanto ao edital proposto pela Prefeitura etc. e tal. Tínhamos informação de que o assunto seria pautado. A pauta a gente já tratou disso, mas não foi. Próximo parágrafo: conforme deliberação deste Conselho em 11 de abril de 2018, amparada pela Lei 15.910, de 2013 - ela tinha essa deliberação, esse poder deliberativo quando foi deliberada -, a concessão não deve ser feita antes da adequada legitimação do Plano Diretor do Parque Ibirapuera. O uso de determinados espaços do parque de forma distinta dos estudos históricos do próprio Município ou mesmo ao Plano Diretor em vigor precisa ser impedido. Mesmo após a remoção do Viveiro Manequinho Lopes do termo da concessão, o texto do edital segue permitindo que determinadas áreas assumam funções não ainda não avalizadas pela sociedade. O Governo está ciente da necessidade de atualização do Plano Diretor desde 2016, quando começaram os esforços por parte da própria Prefeitura para concessão do Parque Ibirapuera, inclusive com inúmeros interlocutores comparecendo ao Conselho Gestor do parque, inclusive SP Negócios, junto à Secretaria do Verde municipal, no contrato 28 da Secretaria do Verde e Meio Ambiente de 2016, que recebeu recurso público para avançar essa agência e se predispôs em reunião do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera a fazer e aprovar a revisão do Plano Diretor antes da concessão. O contrato é de um milhão e meio. No intuito de garantir um processo isento e ordenado da concessão, sem risco ao ambiente e funções do parque, prejuízo ao munícipe, redução do risco regulatório a eventual concessionária - que tem risco regulatório -, reiteramos ao CADES que considere a convocação de uma reunião extraordinária até o final de junho a fim de avaliar todos os pontos levantados e já analisados pelo Conselho Gestor do Parque do Ibirapuera e manifeste-se a respeito. É do interesse de todos que a sociedade e a Prefeitura possam, juntos, buscar um entendimento e solução que zele pela preservação e conservação do ambiente do Parque Ibirapuera e, principalmente, estabelecer um exemplo a ser seguido em todo o território do Município e São Paulo. Isso aí, parênteses meu, é função do CADES. O envio desse ofício foi aprovado pela maioria dos Conselheiros, com um único voto contrário do representante da administração do parque, e assinou aí o Coordenador do parque, a primeira-secretária Cláudia e o segundo-secretário Juliano. Me passaram e me pediram para ler para vocês sobre essa iminência. Se o CADES vai abraçar ou não, cabe a vocês.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  O ofício foi devidamente encaminhado aos órgãos instituídos,  ao CADES, à Prefeitura, ao Prefeito e a concessão foi dado continuidade, então parece-me que esse assunto já se encontra superado e eu entendo que o CADES sim, pode, por uma questão regimental, acompanhar, fiscalizar a concessão como um todo, o processo como um todo, mas neste momento e, em qualquer outro momento, deliberar sobre a condução daquilo em relação à concessão, eu acho não é pertinente. É uma posição minha como Presidente do CADES e eu acho que... Eu não vou, por mim, o momento de discussão desse assunto para mim eu entendo que não é correto, porém eu vou levar a discussão na mesa. Quem quiser votar favorável, ou não, de nós marcarmos uma reunião extraordinária para discutir o processo de concessão, como o colega falou. Existe uma dúvida ainda com relação a essa questão de concessão. Concessão é quando você entrega a alguém um determinado bem, seja ele público ou não, para que possa fazer a utilização e a privatização é quando você entrega definitivamente a propriedade. Não é esse o caso. Ficou bastante claro que o nosso caso é a concessão, aonde entrega-se aquele bem público para a administração de uma entidade privada. Sobre a fiscalização, que eu entendo que é o correto, que a Administração Pública deve fazer, fiscalizar aquele contrato, então eu acho que não seria pertinente uma reunião naquele sentido. É a minha posição. Eu gostaria de mais a votação. Quem é favorável a marcar uma reunião extraordinária para esse pleito para discutir a questão do Ibirapuera, por favor, levante a mão. Pois não, agora é hora de esclarecimento. Vamos lá, antes de a gente deliberar.

**Cons. Andrea Franklin** - Andrea, SIURB. Da fala do Thobias, o que me pareceu é que a carta pede uma manifestação do CADES, não necessariamente uma avaliação ou concordando com o passo que já foi dado até o momento do processo. Se a gente não faz a extraordinária, ainda assim teríamos como nos manifestarmos oficialmente, respondendo essa carta que chegou? Porque chegou para o CADES pedindo: manifestem-se. Estamos todos aqui. A gente consegue se manifestar só com essa votação sem ter a extraordinária? Não estou nem entrando no mérito do conteúdo, porque o conteúdo a gente teria que conhecer melhor. É só com relação ao pedido. O pedido é: extraordinária para manifestar-se. A gente não faz a extraordinária, mas consegue se manifestar respondendo essa carta? É uma dúvida.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Então, eu entendo...

**Cons. Andrea Franklin -** Até antes de votar.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - No meu entendimento, se ainda não foi deliberado pelo CADES, eu estou deliberando agora, eu entendo que o assunto, o questionamento como foi feito do CADES, não é pertinente ao CADES discutir se seria o caso ou não de revisão de Plano Diretor. Eu entendo que não é pertinente. Então, a resposta do CADES ao Conselho Gestor do Ibirapuera é no sentido de que a pauta solicitada não é pertinente ao CADES. Ponto. Agora, se nós vamos marcar uma reunião extraordinária para discutir sobre esse assunto, eu não vejo óbice, mas a resposta do CADES através do Presidente, é decidido que o assunto não é pertinente ao CADES discutir se o Plano Diretor deve ou não ser modificado. Isso não é pertinente. A resposta é nesse sentido. Agora, se vocês acharem que deve marcar uma discussão, uma extraordinária para discutir esse assunto, o CADES está aberto a ver a solicitação e marcar. Aqueles que têm interesse em marcar uma reunião extraordinária em relação a esse assunto...

**Cons. Thobias Furtado -** (vozes sobrepostas) Igual o Eduardo colocou. O Eduardo colocou: não acredito que é pertinente o CADES se manifestar sobre o Plano Diretor do Parque Ibirapuera. Ele acredita que não, eu acredito que é.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Não, não, não é sobre o Plano Diretor (sobreposição de vozes).

**Cons. Thobias Furtado - ....**Sobre a revisão do plano. Uma vez que você pega um espaço dentro do parque, como o Pavilhão das Culturas Brasileiras e dá opção daquilo virar um aquário, setenta por cento dele, eu acho que... Está avalizado pela sociedade ou não está, uma vez que culturalmente aquilo era um espaço delimitado cultural. Quando você pega uma área específica, que era para o pessoal lá de Saúde, e aquilo vai ser remodelado para talvez funcionar com um novo aviário, uma vez que foi um dos pontos centrais (inaudível), será que isso é pertinente ou não? Então, a utilização dos espaços verdes públicos, inclusive construídos dentro de espaços municipais verdes públicos, no meu entender é regido do Conselho Gestor pelo Plano Diretor, que é adequado do Parque, que é adequadamente legislado. Quando a gente passa o boi... Como é que é? Eu nem sei a expressão. Quando você passa a carreta na frente dos bois, você começa a colocar um risco de, com o Conselho Gestor sem tanto poder, deixando de ser deliberativo, da empresa que assumir aquilo por trinta e cinco anos se colocar em tamanha situação que ela vai ter que forçar certas coisas para acontecerem para ela pagar a conta, porque se fosse acionista dessa empresa, eu não queria que ele pague a conta e seja superavitário. É obrigação dela. É que isso pode estar em contramão. Então, no edital, ele pede que essa empresa faça o Plano Diretor. A Prefeitura se posicionou oficialmente dizendo "olha, quem vai fazer o Plano Diretor do parque é a empresa que ganhar" e o Conselho diz "poxa, o Plano Diretor já foi feito, vocês estão licitando de um jeito que a empresa não vai poder implementar o que ela está propondo". É um risco gigante, que depois passando para ela a incumbência de poder alterar aquilo e tirou do Conselho Gestor do parque, que tinha um poder deliberativo, o poder deliberativo, para facilitar, numa leitura de alguns, o poder concedente. Fica uma história com uma governança meio estranha. É por isso que o Conselho tem pautado isso e pediu ao CADES, que cabe dentro lá da lei - por isso que eu estou acabando entendendo um pouco das leis do CADES - dizendo “cabe ao CADES”. Um Plano Diretor é uma coisa importante ou não, igual o Eduardo falou: o Plano Diretor está fora da alçada do CADES, bola pra frente. Então, se vocês acreditarem que a deliberação como essa, simples, é suficiente, delibera aqui e acaba. Se acreditarem que cabe uma reunião extraordinária para entender detalhes, porque eu não quero ficar ocupando o tempo de vocês todos nesse assunto - eu já extrapolei demais -, aí a gente marca a extraordinária e eu os convido, porque eu não vou falar. Eu estou pouco presente no Conselho, ultimamente, do Ibirapuera.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  Eu acho que a revisão do Plano Diretor, nesse momento em relação a essa questão da concessão do Parque do Ibirapuera, isso já foi amplamente discutido. Eu respeito o Conselho Gestor do Parque do Ibirapuera e sei da paixão que se tem pelo Ibirapuera, pelo conselho tem pelo Ibirapuera, entretanto esse assunto foi exaustivamente discutido pela Câmara Municipal constituída de cinquenta e cinco membros, pela Secretaria de Justiça do Município de São Paulo, pela Secretaria do Verde, então se esse assunto foi discutido, consolidado e convalidado, eu não vejo por que agora o Conselho Gestor venha fazer uma rediscussão dessa amplitude em relação a esse assunto. Eu acho que é possível, pode-se no momento oportuno, quando foram feitas quarenta reuniões públicas sobre esse assunto, foram feitas vinte reuniões bilaterais, mais dez reuniões com Conselhos e associações; quer dizer, esse assunto foi amplamente discutido e superado. Para mim, coisa julgada, terminou-se o procedimento. Agora, a gente reabrir aqui, eu acho que a gente pode reabrir qualquer tipo de assunto. Agora, é pertinente? Eu entendo que não. Aqueles que gostariam de uma reunião extraordinária para deliberar sobre esse assunto, por favor, levantem a mão.

**Cons. Cris Palmieri** - Bom dia a todas e a todos, Cris Palmieri, da UGT. Eu estou aqui como UGT, mas represento vários movimentos, inclusive a Agenda 2030, da Vila Mariana, ao qual participa as pessoas. Nós estamos também no movimento estadual - ODS São Paulo - e outros movimentos e outras redes. Suscitando dúvidas ou, vamos dizer assim, alguns esclarecimentos sobre essa concessão, todas essas associações solicitaram que fizesse alguma reunião, que explicasse em que condições, mesmo que sejam exaustiva, foi exaustiva para um lado. Para o outro, como sociedade civil, eu peço aqui para todos refletirem que, independente da representação de cada região que esteja aqui, uma determinada região, que é da cidade de São Paulo, solicitou essas informações para ver em que condições são essas concessões, até onde vai e se atende, porque, se foi colocado aqui, atrás do que ele está representando existem outras associações, redes, que querem essas informações e não conseguiram a contento, por isso que eu acho que num processo transparente seria nada mais justificável de que atendesse essa solicitação, porque ele não está ali representando só um Comitê, mas representando toda uma região que solicita algumas informações que não foram esclarecidas em determinados processos anteriores. Se existe essa abertura, existe essa condição, nada mais, eu acho, louvável de que atenda essa solicitação para os devidos esclarecimentos, porque aí você do que chegar a essa todas essas representações ficarem com essa dúvida, levar para a frente e fomentar, sem esse esclarecimento devido. Então a minha colocação é que eu peço também para todos que estão aqui passando pensarem que esses processos ajudam também em outros processos, que não para aqui. Vamos entender o que aconteceu, como aconteceu e dali levar para todas as nossas representações. E que os projetos futuros também, que não para nada por ali. Se houve uma intenção agora de fazer esse tipo de processo nessa região, também haverão outros processos. O meu voto é nesse sentido: que haja uma reunião extraordinária para esclarecimento, para atender, e que ela não fosse só fechada. Mesmo podendo a votação ficar aqui dentro do Conselho, mas que fosse aberta e a gente pudesse divulgar num espaço melhor também, mais aberto, divulgar essa reunião extraordinária, para que outras pessoas de associações da região possam participar e, assim, se esclarecer e ver se tiver algum ponto a ser trabalhado, que seja trabalhado, que existem várias formas. Nada é engessado. Então a gente tem que estar aberto a essas propostas. É a colocação que eu faço aqui.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  Nós fizemos, dentro desse processo - eu participei de algumas também audiências públicas, uma delas foi feita na UMAPAZ. Foram feitas diversas questões. Eu acho assim, é a minha posição: nós podemos trazer um assunto já resolvido pela Administração Pública como um todo, com os órgãos e as Secretarias envolvidas para dentro do CADES? Então eu pergunto: o CADES vai deliberar, vai abrir para a sociedade civil para discutir a concessão do Ibirapuera de um assunto que já está resolvido pela Administração Pública como um todo? Esse é o questionamento; porém, é óbvio, os posicionamentos estão colocados aqui, bem colocados, bem fundamentados, são pertinentes. Por isso aqui dentro de um regime democrático se tem a votação. Nós somos membros de um Conselho e eu gostaria de fazer definitivamente a pergunta: as pessoas que gostariam que marcássemos uma reunião extraordinária para tratar do assunto levantado pelo Conselheiro Thobias, por favor se manifeste levantando o braço.

**Cons. Thobias Furtado** -  Importante que quem se manifestar de fato, tem que vir. Se não, não tem  quórum, não existe nem a extraordinária. Se não der quórum aqui ou a intenção de vir, eu acho que cabe inclusive avaliar a sugestão da Andrea. E aí o Eduardo já delibera como ele pretende colocar. Não temos interesse ou queremos discutir o Plano Diretor, mas só para acentuar: todas essas audiências, tudo que foi feito, foi para discutir a ideia de concessão e o Conselho Gestor, nas reuniões que eu participei, ele não é contra a concessão, muito pelo contrário. Ele já endossa isso há um tempão. Ele é outra só você concessionar fora do Plano Diretor. Ele deliberou isso quando ele era deliberativo, então é...

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  Então vamos lá levantar a mão para a gente saber se nós vamos marcar essa reunião extraordinária, se há concordância. Vamos dividir: em relação a marcarmos uma reunião extraordinária, isso por votação, por maioria de votos, não irá acontecer, porém o que eu quero esclarecer para todos é que no dia 12/7 ficou resolvido de que os interessados apresentarão as propostas. Entre o encaminhamento da proposta e aí sim, Thobias, aí sim eu acho que o CADES pode fazer uma participação, que a proposta nós vamos abrir o envelope dia 12/7. Não significa que aquela proposta é a ganhadora e que no dia 13 nós vamos declarar, a comissão vai declarar... Existe um processo de avaliação da proposta que aquela empresa fizer, vai fazer, para que a gente possa analisar e declarar, porque existe recurso de outras empresas. Então o processo, até a finalização da eventual concessão, ele se alonga por um período grande. Aí sim eu acho que seria importante, na próxima reunião, no dia 18, nós, da Secretaria do Verde, junto com a Comissão Processante de Licitação, trouxesse ao CADES como foi feita a proposta, o que está sendo discutido, para que aí o CADES, dentro da sua atribuição de zelar pelo patrimônio público, aí o CADES faz uma manifestação formal com deliberação de todos nós se a proposta daquele interessado está correta ou não. Aí eu acho prudente. A gente podia pautar - é uma sugestão - para o dia 18 que nós tenhamos aqui a discussão sobre a concessão do Ibirapuera já com eventuais... porque pode ser que o certame dê vazio e que nós nem tenhamos isso. Então no dia 18 nós poderíamos marcar uma reunião "olha, a proposta foi essa, a Comissão está discutindo". Eu convoco a Comissão Processante da Licitação para que preste esclarecimentos ao CADES. Aí sim, nós, na condição de fiscais, de zeladores, poderíamos, sim, opinar. Eu acho é que nossa atribuição. Fica aqui a sugestão aqui como pauta para a próxima reunião. Eu acho que isso é importante. Se vocês aceitarem, aqueles que concordam com uma sugestão nesse sentido, se manifestem mantendo do jeito que se encontra. Eu acho que a gente pode tocar essa com pauta, porque no dia 18 nós fazemos... Aí, Thobias, um resumo de tudo o que vem ocorrendo em relação à concessão, trazendo a Comissão Processante. Aí os questionamentos, as indagações, a gente faz à Comissão instituída pela Secretaria, que é uma Comissão específica. Eu acho que é um assunto de extrema relevância, com bastante viés, é muito delicado. O Ibirapuera é o cartão de visita, é cartão postal de São Paulo. A gente tem que tomar um cuidado redobrado, as entidades de fiscalização - o Ministério Público, o Tribunal de Contas está acompanhando isso. Nós temos o dever institucional de zelar pelo patrimônio do Município de São Paulo, não só o Ibirapuera, mas principalmente o Ibirapuera, porque é um cartão de visitas de São Paulo. O primeiro assunto eu acho que a gente poderia deliberar e o segundo, ô, Thobias, por gentileza, a sua sugestão, se puder reportar para a gente colocar em votação, você falou meio que em seguida. O segundo eu, particularmente, não consegui entender qual seria a proposta da segunda pauta. Se você puder repetir ou fizer a gentileza...

**Cons. Thobias Furtado** - O segundo assunto... Thobias Furtado, do PIC. A minha sensação ao ler as resoluções recém-eleito e muito agraciado, feliz de poder participar das reuniões do CADES, eu fui ler as últimas resoluções do CADES, entender um pouco sobre a dinâmica, o que é que aconteceu aqui nos últimos quatro, oito anos, entender um pouquinho mais o que é que está acontecendo nas Câmaras Técnicas, me inscrevi em todas elas e o que eu senti é que isso aqui, o CADES, é uma coisa muito bonita, muito importante para a cidade. É como se fosse um fórum, um espaço extremamente participativo onde se discute não só o desenvolvimento da cidade, mas você traz a ideia de fazer isso com qualidade, com sustentabilidade, fazer isso bem feito. Quando eu estava buscando pela internet, eu encontrei um recém estudo feito pelo Banco Mundial que ele explica - é um estudo a ser feito junto com a cidade, a cidade teria que encabeçar isso. É um *framework*, que é como se fosse um esqueleto, uma metodologia, de como a cidade pode implementar a sustentabilidade em todas as suas esferas. Ele tem, óbvio, tem um pedaço de mudanças climáticas, um pedaço de recursos naturais, mas tem um monte de parte também focada na economia da cidade. Eu fiz o contato, tomei a iniciativa de fazer o contato com o pessoal que elaborou esse estudo e eles falaram "poxa, Thobias, a gente estava inclusive analisando que cidades (ininteligível) São Paulo, é uma hora boa para debater se não poderia fazer, ser sede, do nosso próximo encontro encabeçado pelo Banco Mundial - o último foi em Nova Déli - para esmiuçar, para tentar entender, começar a implementar esse tipo de metodologia, que ele é muito mais focado em instituir indicadores claros para cada área e que isso poderia - aí no meu ver - facilitar inclusive a gente redesenhar um pouco o funcionamento do CADES para o futuro, que eu acho que tem muita gente talentosa aqui, que eu converso nos bastidores, com interesse etc. mas que muitas vezes não consegue pautar de maneira adequada coisas, substâncias, sugestões que poderiam, de fato, melhorar a cidade, porque esse tipo de plenário é um plenário - não diria de maneira alguma opressor, mas é um plenário de difícil debate num tempo tão curto para entrar em detalhes de coisas específicas. Então toda essa metodologia (ininteligível) ela não só ajudaria o Município a repensar a sustentabilidade como um todo, mas, quem sabe, não poderia inclusive ser uma coisa de *top-down*, de cima para baixo, começando pelo próprio CADES repensando suas Câmaras Técnicas, repensando suas resoluções. Seria um exercício que o Banco Mundial (ininteligível) encaminho, encaminhei para o Viegas, mas que se comprometeu e perguntou "o que que vocês precisam de ajuda"? Isso significa implementar, verba, o que for, e, querendo, pelo menos estudando a ideia de poder fazer esse próximo encontro.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  A sugestão que nós trouxéssemos na próxima reunião... Como você já tem interface com o pessoal, a gente poderia colocar como item de pauta a possibilidade desse pessoal comparecer na nossa próxima reunião, é isso?

**Cons. Thobias Furtado** -  Esse pessoal está fora do Brasil. É Banco Mundial mundo. A minha sugestão é que, se for de interesse, que a própria Secretaria do Verde começasse - ou Relações Internacionais - essa interlocução e avaliasse se é pertinente, se não é, o que é que poderia ser ou não e, se fosse, poder passar como acredita que é melhor trazer isso para o CADES.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  Então, vamos lá. Uma coisa...

**Cons. Rosélia Ikeda -** Deixa eu só. Eu acho que vocês poderiam apresentar - é Rosélia, DEPLAN, Secretaria do Verde -, a gente pode conversar para você apresentar para nós essa metodologia, porque, na verdade, a Secretaria já trabalha com indicadores, uma série de indicadores historicamente, então a gente tem que ver se essa metodologia se adequa já aos que a gente utiliza, porque precisamos estudar. Eu acho que ele merece ser visto e merece ser estudado, porque a gente, de fato, tem que ter esses indicadores, porque isso é um...

**Cons. Thobias Furtado** - Para a Secretaria do Verde, são indicados para toda a Prefeitura. Então a Secretaria do Verde, o CADES, teriam que encabeçar um processo desse de como faremos a nossa cidade mais sustentável. É uma coisa bem mais (ininteligível)

**Cons. Rosélia Ikeda** - Sim, sim, mas a gente tem que olhar, porque as Secretarias todas, todo mundo já trabalha com indicadores, então a gente precisa ver como a gente adequa isso....

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  Eu não entendi essa propositura em relação à Secretaria do Verde negociar indicadores que seriam para todas as outras Secretarias. Acho melhor trazer o pessoal para cá e aí o CADES, não a Secretaria do Verde, internalizar esse assunto.

**Cons. Rosélia Ikeda** - Especialista indicadores.

**Cons. Patricia Sepe**  - Posso complementar a fala da Rosélia? Acho que nós somos os apaixonados por indicadores. O que é Rosélia fala é que não é indicadores da Secretaria do Verde. A gente já, enquanto Prefeitura, enquanto Secretaria do Verde, há mais de dez, quinze anos a gente já trabalhou com diversas metodologias de indicadores de sustentabilidade ambiental da cidade de São Paulo. A gente tem duas questões no Verde hoje: a gente tem uma lei do Vereador Police Neto que estabelece indicadores de eficiência da Administração Pública. Isso é uma coisa e que o DEPLAN está trabalhando porque tem indicadores de meio ambiente. Outra coisa são indicadores de sustentabilidade da cidade de São Paulo. Enquanto Prefeitura, enquanto Secretaria inclusive a gente já fez duas publicações com uma metodologia do programa das Nações Unidas para o meio ambiente, que é o PNUMA: Geocidade de São Paulo. O que é super bem-vindo, e o que a Rosélia está conversando, é o como essa metodologia que já está incorporada no dia a dia da Secretaria, com, às vezes, dificuldade de atualização, tal, com a metodologia do Banco Mundial. Eu não estou mais tão próxima a indicadores ambientais, mas a gente sabe que é um interesse muito grande do Banco Mundial ter uma metodologia meio que padronizada para discutir sustentabilidade em cidades. Eu acho que é super bem-vindo. Acho que o que a Rosélia está propondo - e você me corrija, Rosélia - é talvez, se você tiver disponibilidade um pouquinho de sentar com a equipe da Rosélia, explicar qual que é, aonde você achou isso, tal e daí eles podem até analisar, fazer o contato com o Banco, porque eu acho que todo o aporte inclusive financeiro, né, Rosélia?

**Cons. Thobias Furtado** - ..... uma comissão especial com a incumbência de, em um mês, até a próxima reunião, trazer para vocês o relatório. A gente avalia junto, eu mostro para vocês, entro em contato e na próxima reunião a gente traz para todo o plenário alguma coisa já pensada, factível, pragmática para saber se vale a pena...

**Orador não identificado** - Então, Thobias, acho que não precisa ser uma Comissão. Talvez a primeira coisa é: a Rosélia está se dispondo a abrir a equipe técnica dela, que já trabalha com indicadores, conversar com você, vocês fazem uma avaliação e aí poderia fazer um informe aqui. Não está cerceando de forma alguma os outros Conselheiros.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** -  Calma, pera aí. Vamos colocar ordem. A propositura do Conselheiro é no sentido de que a gente traga a metodologia ou tenha conhecimento da metodologia que o Banco Mundial tem indicadores em relação a todas as Secretarias. Então só uma discussão com a Rosélia na Secretaria do Verde se cinge e resume à questão da Secretaria do Verde. Então não é isso. A propositura é que seja mais ampla. Talvez eu convidaria para a próxima reunião o próprio Conselheiro para que trouxesse esses indicativos do Banco Mundial que você teve acesso para que a gente deliberasse e eventualmente criasse uma Comissão para se aprofundar mais sobre esse assunto, para saber a abrangência desse estudo que você está nos trazendo. Eu acho que aí você traria isso que você falou que teve acesso, que observou, que analisou. Seria importante que você trouxesse ao conhecimento de todos os membros do CADES para que nós pudéssemos deliberar até a possibilidade de criar essa Comissão e através de uma interface com todas as Secretarias de Governo, dentro dessa Comissão, discutisse esse assunto dos indicadores do Banco Mundial para que o CADES posteriormente pudesse deliberar e trouxesse benefícios à própria estruturação do CADES. Se você aceitar a minha posição, seria no sentido de que você trouxesse na próxima reunião - deixaríamos como pauta - (fala ao fundo) Exatamente, o que é isso que você está nos trazendo, que é a metodologia do Banco. A gente faz uma análise disso. Aí nessa próxima reunião a gente delibera: vamos criar uma Comissão Especial? Quem vai fazer a interface com as outras Secretarias, o que vai ser discutido. Aí a gente tem conhecimento desse assunto, senão internalizar na Secretaria do Verde parece que fica um assunto só da Secretaria do Verde e é um assunto interessante que pode feito a interface com todas as outras Secretarias.

(voz ao fundo)

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - É isso aí, legal. Aí você traz, então. A gente pode deixar como segundo assunto da pauta essa possibilidade de você trazer esses estudos que você está levantando, que você teve acesso, para o conhecimento de todos e aí a gente faz a deliberação. Acho que seria o mais...

**Cons. Thobias Furtado** - E para quem quiser eventualmente conhecer também, até lá, e participar comigo de alguma forma dessa interlocução, está aberto.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Perfeito, é isso aí. Mais algum assunto,  mais alguma pauta de deliberação?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Conselheira Vivian, por favor.

**Cons. Vivian Marques** - Bom dia. Vivian, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Eu acho que a Patrícia resumiu bem e, desculpa, Secretário, eu entendo assim, que os indicadores e a metodologia que a Secretaria do Verde aplica não são de conhecimento de todos os Conselheiros e essa proposta é super pertinente e eu imagino que vou na linha do que a Patrícia falou. O Conselheiro Thobias poderia se aprofundar junto com a Rosélia nesse estudo de como a Secretaria trabalha, como são esses indicadores e nos apresentar. O relatório pode ser um anexo de leitura, mas eu gostaria de enxergar um comparativo entre o trabalho do Banco e o que nós já possuímos como metodologia e como indicadores. Talvez para a próxima reunião seja um período curto, porque nesse período ele levantaria o que a Secretaria do Verde faz e eu proponho para agosto essa apresentação mais aprofundada. Nós teríamos tempo de ler o relatório também que ele nos enviaria ou então só um indicativo do site para a gente poder acessar. Era essa a minha opinião. A Patrícia colocou muito bem.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Perfeito, é isso?

**Cons. Vivian Marques** -  Aí proponho em votação.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)**  - Votação para a próxima reunião de agosto? Pode ser, esse assunto fica entre a relação daquilo que o Conselheiro Thobias sugestionou, uma relação junto com a Rosélia para apresentar os indicadores da Secretaria do Verde atual e agregar mais alguma coisa que venha nesse assunto para que na próxima reunião de agosto nós deliberemos quais as destinações, se eventualmente cria uma Comissão também especial para tratar desse assunto, mudanças sugestões. Da minha parte, podemos marcar para a reunião de agosto?

**Cons. Cristina Palmieri**  - Sim, sim, mas eu posso complementar?

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Deve.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Por gentileza, sempre usar o microfone e o nome, por gentileza.

**Cons. Cristina Palmieri** - Bom, Cristina, da UGT. Com certeza, acredito é que super pertinente as propostas e as falas de todos em relação à metodologia e indicadores. Só gostaria de acrescentar o seguinte: nós temos que apresentar aí o Brasil e o Brasil, onde acontecem as coisas são os territórios. E o Município é um território, é o local. E o ano que vem o relatório sobre o que está acontecendo, qual é o relatório da Agenda 2030, dos ODS. A Secretaria do Verde fez o PPA cruzando com os objetivos e dali tem os indicadores. São duzentos e trinta e um indicadores, então aquilo que é pertinente: nós temos resíduo, temos cidades, temos energia, temos a questão da água e saneamento, mudanças climáticas. Gostaria que fizessem também esse estudo com a Agenda e mostrasse qual é o PPA, o que é que foi decidido dentro dessa parte do planejamento, apresentando aqui essa proposta de evolução. É colocar e que abrisse uma... O terceiro assunto seria agregado a esse,  uma Comissão, fosse aberta a quem quisesse participar. Eu gostaria de participar e de acompanhar.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** – Claro, claro. Perfeito a sua exposição. Eu acho assim: a questão da criação da Comissão, após apresentados esses estudos, aí nós teríamos a identificação de quais as Secretarias que poderiam fazer a interface e ficaria muito mais fácil da gente deliberar uma Comissão com a participação. Então fica desde já definido que após a apresentação desse estudo, já em agosto, nós vamos criar uma Comissão específica, só que aí sabedores exatamente daquilo que a gente precisa tratar e de quem que podem ser os membros.  Então, acho que fica deliberado para agosto, para a próxima reunião de agosto, a gente tratar com o relatório aí do nosso Conselheiro sobre esse assunto e nessa reunião a gente deliberar sobre essa formação de uma Comissão também, que é importantíssimo. Mais alguma sugestão de pauta?Para a reunião de agosto esse assunto. Para a próxima reunião, o que ficou pautado até agora é a questão concessão, resultado das eventuais propostas ou não, e uma discussão bastante ampla com a Comissão de alguns assuntos. Inclusive, eu não vejo a menor possibilidade de discutirmos também a questão daquilo que foi pautado aqui sobre a lei, sobre a revisão. Tudo isso a gente internaliza com quem de direito no momento oportuno.

**Cons. Patricia Sepe** -  Obrigada pelo esclarecimento. Eu queria só propor - não sei se para agosto ou setembro -, queria fazer um resgate que na reunião anterior, a minha colega de Secretaria e do projeto Ligue os Pontos fez uma apresentação do projeto e tem uma questão que para a gente acho que é muito importante apresentar para esse Conselho e tem muito a ver com a Secretaria do Verde. No âmbito do projeto que a gente vem tocando com os recursos financeiros da Bloomberg, nós vamos fazer uma contratação de uma consultoria para a questão da valoração dos serviços ambientais. Por que é que a gente está fazendo essa consultoria? De forma, Secretário, a contribuir com a Secretaria do Verde, porque eu queria só resgatar e acho que é o papel desse Conselho, casa muito com a fala do Secretário. O Plano Diretor de 2014 estabeleceu uma série de planos temáticos, estratégicos, para serem cumpridos. A secretaria conseguiu brilhantemente cumprir o Plano Municipal da Mata Atlântica, mas a gente tem ainda pelo menos dois planos importantíssimos para a cidade, que é um plano de áreas prestadoras de serviços ambientais e o plano que faz a gestão de sistemas de áreas verdes, o SAPAVEL. Inclusive toda essa discussão que a gente teve hoje dos parques, a questão da sobreposição com a Lei de Zoneamento, isso precisa estar nesse plano que o Plano Diretor delegou à Secretaria do Verde fazer para discutir regras para o sistema de áreas verdes da cidade. E isso, com toda a dificuldade, a Secretaria não vem conseguindo. Tem trabalhado, eu acompanho o esforço da Rosélia. Não é cobrança de forma alguma, Secretário, até porque vou tentar fazer bem rápido, eu coaduno com a preocupação do Secretário - e é uma preocupação nossa, creio, da equipe da Rosélia. É óbvio que a gente gostaria que a cidade tivesse o número infinito de parques, mas a gente não consegue ter. Isso fica muito claro. Eu era servidora na época do Eduardo Jorge, a gente fazia muito essa discussão. A gente tem que fazer com que a sociedade também preserve as áreas particulares. Agora, não é fácil para o empreendedor ter o ônus da preservação para um serviço que ele presta para toda a comunidade. Então a gente tem que fazer a discussão de que áreas verdes não necessariamente precisam ser parques. Elas podem continuar a serem privadas, mas desde que o proprietário receba incentivos para isso. Um instrumento importantíssimo é o pagamento por serviços ambientais. A gente precisa repensar esse instrumento. Enquanto Secretaria de Urbanismo e o Projeto Ligue os Pontos, a gente está oferecendo, trabalhando com junto com a Secretaria para pagar essa consultoria. Agora, é importante que a consultoria tenha como futuro o plano de áreas prestadoras, que daí não é competência nossa, é da Secretaria do Verde e que, a curto prazo, saia uma edital do FEMA já prevendo a figura do pagamento por serviços ambientais. Eu queria propor ou para agosto ou setembro a gente fazer a proposição até do edital, para tornar público o que é que a gente está contratando. A gente vem conversando com a Secretaria e o que é que a gente encaminharia depois de ter essa consultoria, para que não pare na consultoria. Pode ser?

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Claro. Eu acho que nós temos dois assuntos bastante relevantes tanto para a próxima reunião quanto para a reunião de agosto, então como eu acho que essa questão da Bloomberg é um contrato. Eu já colocaria na reunião de agosto, acho que na próxima nós vamos se alongar bastante, porque é um assunto bastante delicado, que é a relação da concessão, que é uma preocupação bastante grande da Secretaria, porém na reunião de agosto vocês poderiam fazer uma apresentação daquilo que vem sendo feito em relação à Bloomberg. O acompanhamento que a gente tem aqui e também eventualmente deliberar. Eu não vejo problema de marcar isso para agosto essa sugestão, da Boomberg. Eles estiveram já na Secretaria. Não tenha dúvida, a gente pode tratar disso na reunião de agosto. Mais algum assunto de pauta? Podemos encerrar? Tem mais algum assunto? Então vamos lá, passada a palavra para o nosso Coordenador aqui.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Nós precisamos fazer a indicação do Conselho titular da sociedade civil como representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES - no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental - FMSAI. O representante da sociedade civil no FMSAI era a Conselheira Sueli Rodrigues e com a renovação do Conselho, a vaga ficou em aberto. Por esse motivo, necessitamos indicar um representante. Quem gostaria de representar o CADES nessa vaga?

**Cons. Thobias** - Uma vaga titular ou uma vaga suplente?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) -** Titular. Tem o Moliterno e a Sônia. Nós vamos ter que abrir uma votação. Par ou ímpar? Para ver quem será o representante. Os que votam no Moliterno, por favor, levantem a mão.Agora a votação é para a Sônia Hamburger. Então, por maioria de votos, o Moliterno será o representante do CADES no FMSAI. Com a palavra, o nosso Secretário para as finalizações da reunião de hoje.

**Secretário Eduardo Castro (Presidente)** - Pessoal, uma reunião foi bastante proveitosa, uma discussão bastante prudente, produtiva. Espero que realizemos a partir de agora - é uma propositura nossa - deliberações bastante enfáticas e efetivamente ações para que nós possamos ter aí o CADES no seu devido lugar, como sempre foi a ideia da nossa gestão e eu gostaria de agradecer a todos. Um bom dia, um bom término de semana, e a Secretaria do Verde está à disposição de vocês para qualquer deliberação, qualquer assunto, discussão ou assunto pertinente ao meio ambiente. Muito obrigado.

**EDUARDO DE CASTRO**

Secretário da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- CADES

**Conselheiros(as) presentes:**

|  |  |
| --- | --- |
| ALEXANDRE MACARONI NARDY | mAGALI Antonia bATISTA |
| ANDRÉA FRANKLIN SILVA VIEIRA | marcos moliterno |
| bRUNA GADELHA SUYAMA | Meire Fonseca de abreu |
| Eduardo José de Souza | PATRICIA MARRA SEPE |
| Clara A. Vieira Prata Silva | raquel alexandra romano |
| Charlotte Troetschel | RENATE SCHIMITT NOGUEIRA |
| CLODOALDO GOMES ALENCAR JÚNIOR | RICARDO DA SILVA BERNABE |
| dELSON SILVA LAPA | rosélia mikie ikeda |
| Fabio de Alencar iorio | SONIA IMPÉRIO HAMBURGER |
| FATIMA CRISTINA FARIA PALMIERI | TÁCITO LUCIO TOFFOLO DOS SANTOS |
| GEORGE DOI | THOBIAS CORTEZ FURTADO |
| IVO CARLOS VALENCIO | VIVIAN MARRANI DE A. MARQUES |
| JULIO CÉSAR BESSA MONQUEIRO | walter pires |
| JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS |  |

**Conselheiros(as) Suplentes presentes:**

GIOVANA BARBOSA DE SOUZA / LUCIO FLEURY DE OLIVEIRA BICHARA / MONICA MASUMI HOSAKA.

**Conselheiros com Justificativa de Ausência:**

ALESSANDRO Luiz Oliveira Azzoni / marineide Santos Silva /

**Coordenador Geral:** Devair Paulo de Andrade

**Secretária Executiva:** Rute Cremonini de Melo